

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE MEDICINA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROMOÇÃO DE SAÚDE  
E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

Luana Aparecida Moreira

**Uso de álcool e drogas por Policiais Penais: uma revisão de escopo**

Belo Horizonte  
2025

Luana Aparecida Moreira

**Uso de álcool e drogas por Policiais Penais: uma revisão de escopo**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.

**Orientadora:** Dra. Graziella Lage Oliveira

Belo Horizonte  
2025

M838u Moreira, Luana Aparecida.  
Uso de álcool e drogas por Policiais Penais [recurso eletrônico]: uma revisão de escopo / Luana Aparecida Moreira. - - Belo Horizonte: 2025.  
99f.:il.  
Formato: PDF.  
Requisitos do Sistema: Adobe Digital Editions.

Orientadora: Graziella Lage Oliveira.  
Área de concentração: Promoção da Saúde e Prevenção da Violência  
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Consumo de Bebidas Alcoólicas. 2. Usuários de Drogas. 3. Revisão. 4. Atividades Científicas e Tecnológicas. 5. Polícia. 6. Dissertação Acadêmica. I. Oliveira, Graziella Lage. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. III. Título.

NLM: WM 270

# FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE PÓS GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP

## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO /LUANA APARECIDA MOREIRA

Realizou-se, no dia 13 de dezembro de 2023, às 14:00 horas, On line, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *Uso de álcool e drogas por policiais penais: uma revisão de escopo*, apresentada por LUANA APARECIDA MOREIRA, número de registro 2021724705, graduada no curso de ENFERMAGEM, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Graziella Lage Oliveira - Orientador (UFMG), Prof(a). Andrea Maria Silveira (UFMG), Prof(a). Silmar Maria da Silva (UFMG).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.  
Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2023.

Prof(a). Graziella Lage Oliveira ( Doutora )

Prof(a). Andrea Maria Silveira ( Doutora )

Prof(a). Silmar Maria da Silva ( Doutora )



Documento assinado eletronicamente por **Silmar Maria da Silva, Professora do Magistério Superior**, em 16/12/2023, às 08:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Maria Silveira, Chefe de departamento**, em 16/12/2023, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Lage Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 17/12/2023, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2906939** e o código CRC **541F0FD3**.

À minha família, em especial ao meu marido Renato e  
minha filha Ana Luísa, que incansavelmente me apoiam  
em todos os meus projetos.

## AGRADECIMENTOS

À Deus por me conceder a perseverança para enfrentar os desafios desta jornada acadêmica;

À minha família pelo incentivo e apoio em todos os momentos;

À minha orientadora, a Dra. Graziella Lage Oliveira, por sua orientação, suporte e inspiração;

Aos professores do Mestrado que contribuíram na minha formação;

Aos colegas de sala de aula com que dividimos angústias, dúvidas e sucessos;

Às gerentes Erika Gonçalves Silva Santos e Silvana Ferreira de Andrade e Souza pelo apoio e estímulo;

Aos colegas de trabalho que de alguma forma contribuíram para a realização deste Mestrado;

E, por fim, presto uma homenagem especial à querida professora Elza Machado Melo (*in memoriam*), cujo legado e ensinamentos continuam a inspirar e motivar todos nós.

"A minha opinião é que o Estado não é para operar a morte, é para cuidar da vida. A política é o governo da vida. E eu acho que a política que hoje se exerce no mundo é uma política que governa a morte, e não a vida. É uma política que visa a morte, que visa o controle da vida. E, portanto, eu acho que a política deve ser repensada, para que ela seja, realmente, uma política que governa a vida, e não a morte."

Foucault

## RESUMO

**Objetivo:** Mapear as produções científicas sobre o uso de álcool e drogas por Policiais Penais através de uma revisão de escopo.

**Métodos:** Esta revisão de escopo utilizou a metodologia do Instituto Joanna Briggs (JBI) e seguiu as recomendações do guia internacional Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR). As bases de dados pesquisadas foram: PubMed; Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs); Scientific Electronic Library Online (SciELO); Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Web of Science, Scopus e literatura cinzenta. Utilizou-se ainda estratégias de busca adaptadas para cada base de dados de modo a captar o máximo de literatura possível sobre o tema. Foram selecionadas as pesquisas que correspondiam à pergunta de pesquisa.

**Resultados:** Os textos selecionados associam o uso de álcool e o tabagismo, a relação entre o consumo de álcool e o alcoolismo e a ausência de atividade física regular e apontam para uma relação entre burnout a maiores níveis de consumo de álcool. As pesquisas indicam a necessidade de garantir assistência à saúde física e mental dos policiais penais, e necessidade de diagnósticos precoces de transtornos mentais, incluindo o abuso de álcool ou drogas. Também apontam para a importância de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema o uso de álcool e drogas e para a necessidade de melhorias das condições de trabalho dos policiais penais.

**Conclusão:** As pesquisas desta revisão de escopo sinalizam para riscos de abuso de álcool e drogas aumentados com o avanço da idade, dos anos de trabalho, da carga horária desgastante e do acúmulo de vínculos empregatícios por policiais penais. É importante promover programas ocupacionais voltados para policiais penais de modo a prevenir o uso de álcool e drogas. Superar os estigmas do trabalho em prisões bem como os preconceitos relacionados à dependência de álcool e drogas deve ser a prioridade entre gestores. Esta revisão de escopo sinaliza para a necessidade de pesquisas profundas para identificar e entender o que está relacionado com o uso de álcool e de drogas por policiais penais.

**Descritores:** policiais penais; álcool; drogas.

## ABSTRACT

**Objective:** This study aimed to map scientific literature on the use of alcohol and drugs by Prison Officers through a scoping review.

**Methods:** The scoping review followed the methodology of the Joanna Briggs Institute (JBI) and adhered to the recommendations of the international guide Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR). The searched databases included PubMed, Online Medical Literature Analysis and Retrieval System (Medline), Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (Lilacs), Online Scientific Electronic Library (SciELO), Virtual Health Library (VHL), Web of Science, Scopus, and gray literature. Customized search strategies were used for each database to capture as much literature as possible on the topic. Articles that corresponded to the research question were selected.

**Results:** The selected papers established associations between alcohol consumption and smoking, the relationship between alcohol consumption and alcoholism, and the impact of the absence of regular physical activity. Furthermore, a connection was found between burnout and higher levels of alcohol consumption among Prison Officers. The articles emphasized the need to ensure support for the physical and mental health of Prison Officers and advocated for early diagnoses of mental disorders, including alcohol or drug abuse. The review also stressed the importance of further in-depth research on the topic of alcohol and drug use and the necessity for improvement in the working conditions of Prison Officers.

**Conclusion:** The research findings from this scoping review indicate that the risk of alcohol and drug abuse increases with age, years of service, exhausting workload, and the burden imposed by prison inmates. It is crucial to promote occupational programs targeted at Prison Officers to prevent the use of alcohol and drugs. Overcoming stigmas associated with working in prisons, as well as biases related to alcohol and drug addiction, should be a priority among managers. This scoping review highlights the need for further in-depth research to identify and comprehend factors related to the use of alcohol and drugs by Prison Officers

**Descriptors:** prison officers; alcohol; drug.

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Quadro 1 - Descrição das bases de dados	26
Quadro 2 - Instrumento para extração de dados	27
Figura 1 - Fluxograma prisma da seleção dos estudos	31
Figura 2 - Distribuição dos artigos/teses por ano	39
Figura 3 - Países onde foram desenvolvidas as pesquisas	40
Quadro 3 - Pesquisas quantitativas, instrumentos, tipo de coleta de dados, amostragem	41
Quadro 4 - Pesquisas quantitativas – evidências e propostas	43
Quadro 5 - Pesquisas quantitativas – evidências	49
Quadro 6 - Pesquisas quantitativas – propostas	51

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sistema Prisional Brasileiro	18
Tabela 2 - Estratégias de busca nas diferentes base de dados e resultados	29
Tabela 3 - Estudos selecionados - Autores, títulos, periódico e ano de publicação	32
Tabela 4 - Estudos selecionados – Tipos de estudos, amostra, país, fator de impacto/qualis	37

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSIST	<i>Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test –</i>
AUDIT	<i>Alcohol Use Disorder Identification Test</i>
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAGE	<i>Cut down/Annoyed/Guilty/Eye-opener Questionnaire</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
DCS	Demand-control-support
ERI	Siegrist's effort/reward imbalance
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Ilanud	Instituto Latino-Americano da ONU para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente
JB	<i>Joanna Briggs Institute</i>
JCQ	Job Content Questionnaire
Lilacs	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MBIGS	Maslach Burnout Inventory General Survey
MTEG	Theoretical Model for Explanation of Occupational Stress
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
OSF	<i>Open Science Framework</i>
PRISMA-ScR	<i>Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Medline Medical Literature Analysis and Retrieval System Online Meta-Analyses extension for Scoping Reviews</i>
PSPV	Promoção de Saúde e Prevenção da Violência
QCRI	<i>Qatar Computing Research Institute</i>
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SENAPPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais
SRQ-2	Self Report Questionnaire
SUS	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 – APRESENTAÇÃO</b> .....	13
<b>2 - REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
2.1 De carrascos a policiais penais.....	15
2.2 Necessária definição de termos.....	15
2.3 Quem realmente é o preso?.....	16
2.4 Sistema penal brasileiro.....	17
2.5 Polícia penal e saúde mental.....	19
2.6 Uso de álcool e drogas.....	19
<b>3 – JUSTIFICATIVA</b> .....	21
<b>4 – OBJETIVOS</b> .....	24
4.1 Geral.....	24
4.2 Específicos.....	24
<b>5 – METODOLOGIA</b> .....	25
<b>6 – RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	29
6.1 Pesquisas quantitativas.....	40
6.1.1 Uso e abuso de álcool.....	42
6.1.2 Uso e abuso de drogas.....	45
6.1.3 Ambiente de trabalho e hábitos de vida.....	46
6.2 Pesquisas qualitativas.....	47
6.3 Propostas de atuação .....	48
<b>7 – CONCLUSÕES</b> .....	53
<b>8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	55
<b>9 – REFERÊNCIAS</b> .....	56
<b>10 – APÊNDICES</b> .....	65
10.1 Resumo expandido inscrito.....	65
10.2 Artigo enviado para submissão.....	67
<b>11 – ANEXO</b> .....	99
11.1 Certificado de apresentação no 9º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde.....	99

## 1- APRESENTAÇÃO

A construção do tema abordado no presente trabalho ocorreu no segundo ano do mestrado. O projeto inicial envolvia o trabalho com o Observatório de Saúde, até então coordenado pela professora Elza Machado (*in memoriam*), minha orientadora. Com o seu adoecimento, o projeto do Observatório não pôde ser continuado naquela ocasião e a minha orientação precisou ser remanejada para que o meu mestrado não fosse comprometido. Neste momento, iniciei as conversas com a professora Graziella afim de encontrar um novo objeto de trabalho. Desde então, me debrucei nas questões relacionadas à saúde dos policiais penais.

Ao ser apresentada ao desafio de trabalhar com a temática da saúde do trabalho de policiais penais, pude correlacionar minha trajetória profissional e acadêmica construída ao longo dos anos. Do curso de Jornalismo, nos anos 90, à busca de uma nova profissão em 2005, ao entrar na Escola de Enfermagem e me formar em enfermagem, à posterior da especialização em enfermagem do trabalho até o feliz encontro com o Programa de Promoção à Saúde e Prevenção da Violência (PSPV), algumas décadas se passaram e alicerçaram o caminho para este momento. A preocupação com o trabalho, os trabalhadores e a promoção à saúde encontrou eco também em mais de dez anos de atividade tanto na atenção básica quanto na atenção secundária, sempre no Sistema Único de Saúde (SUS).

Destaco a importância da jornada neste mestrado, desde as primeiras aulas como aluna de disciplinas isoladas, onde debatíamos Goffman, instituições totais, estigma, relação homem-trabalho, formas de violência, encarceramento em massa, Wacquant, até chegar às disciplinas obrigatórias com o aprofundamento nas questões epidemiológicas, leitura crítica e produção de artigos. Tudo isso contribuiu para um melhor repertório na execução do presente trabalho, que se trata de uma revisão acerca do consumo de álcool e drogas por policiais penais.

Esta revisão se insere em um projeto maior desenvolvido por professoras desta instituição, que irá estudar a prevalência e fatores associados ao desenvolvimento de sofrimento psicossocial relacionado ao trabalho em agentes penitenciários. A pesquisa maior poderá contribuir para o aperfeiçoamento da Política Nacional de Saúde Mental, com foco na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), transtornos mentais, suicídio e fatores associados ao desenvolvimento de sofrimentos psicossociais relacionados ao

trabalho. Neste sentido, torna-se importante compreender como estão as evidências na literatura acerca do uso de substâncias psicoativas por Policiais Penais, já que o abuso de tais substâncias está associado a piores condições de saúde mental neste grupo.

Combater as violências é uma forma de promover a saúde. A sobrecarga de trabalho pode gerar sofrimento contínuo, desestabilizar relações pessoais e levar ao uso de substâncias psicoativas como estratégias não funcionais de enfrentamento. Soma-se a isso, as especificidades e riscos de cada atividade profissional, os trabalhos altamente estressantes e a violência que chega ao mundo do trabalho cada vez com mais frequência e potência. Esta pesquisa encontra abrigo em uma das mais destacadas linhas de pesquisa deste Mestrado: A Promoção de saúde e suas bases - Cidadania, Trabalho e Ambiente: processo de conhecimento e produção da saúde a partir da atuação sobre suas determinações sociais, políticas, econômicas e culturais.

A escolha pelo tema do uso de substâncias psicoativas entre Policiais Penais ocorreu em função da associação entre o uso abusivo das mesmas e problemas de saúde mental apontada por alguns estudos internacionais (Frost & Monteiro, 2021; Reggehr et al, 2021; Bravo et al, 2022) e pela defasagem de informações mais robustas e sintetizadas sobre o tema.

Optamos por organizar o volume da dissertação apresentando os resultados já no formato de artigo científico, o que é permitido pelas normas do PSPV. Desta maneira, o presente volume conterà as seguintes seções: referencial teórico (onde serão abordadas questões importantes para o entendimento do problema estudado), justificativa, objetivos, metodologia, resultados, considerações finais da dissertação e bibliografia. Em apêndice, apresento o artigo a ser submetido à Revista Brasileira de Segurança Pública e em anexo o certificado de apresentação oral curta desta pesquisa no 9º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, acontecido em novembro deste ano.

## 2 – REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 De carrascos a policiais penais

Foucault (1987) descreve o perfil dos carcereiros ao longo da história, desde o carrasco achincalhado ou enaltecido durante as execuções, passando pelo guarda indolente e corrupto. Citando o jornal *La Fraternité* de 1842, o autor descreve a corrupção, medo e incapacidade dos guardas das prisões: “Quem são esses guardas? Soldados que receberam baixa, homens sem instrução, sem inteligência de sua função, que guardam os malfeitores por profissão” (*La Fraternité*, mar. 1842 apud Foucault, 1987, p 222). As pessoas que optam hoje por trabalhar em uma prisão carregam o estigma de uma profissão mal vista, em contato com o que a sociedade rejeitou. A ideia de criar dentro das prisões o microcosmo de uma sociedade perfeita no sistema auburniano<sup>1</sup> mistura-se com conceitos mais modernos da responsabilização da sociedade por criar delinquentes (Foucault, 1987). Embora Foucault (1987) não discuta os efeitos da prisão nos próprios guardas, é inegável que o lugar do Panóptico<sup>2</sup> de vigilância, observação, segurança, saber, individualização, totalização, isolamento e transparência afeta tanto os prisioneiros quanto os guardas.

Wacquant (1999) trabalha com a ideia de que os agentes penitenciários são os operários da prisão, os que estão na linha de frente do controle e da disciplina cotidianos. Ao se esforçarem por fazer os presos cumprirem as regras das prisões, eles mantêm a ordem e a segurança.

A profissionalização do sistema penal e penitenciário no mundo favoreceu a evolução dos profissionais que atuam neste sistema. Goffman (2007) já descrevia a complexidade envolvida nas relações entre guardas e prisioneiros. A “mortificação do eu” instaurada nas instituições totais encontra estratégias de adaptação individual. Assim, através de táticas adaptativas, ajustes secundários da equipe dirigente e internos equilibram as relações intra-muros (Goffman, 2007).

---

<sup>1</sup> O Sistema Auburniano foi criado nos Estados Unidos em 1818, e previa cela individual durante a noite, o trabalho e as refeições em comum, mas, sob a regra do silêncio absoluto. A comunicação só era permitida com os guardas, visitas, lazer e prática de exercícios eram proibidos (Foucault, 1987).

<sup>2</sup> O Panóptico é um conceito criado por Jeremy Bentham em 1793 que estabelecia um projeto arquitetônico para as prisões europeias (Foucault, 2015). A ideia era permitir a vigilância centralizada de um grande número de pessoas, criando um ambiente de controle e disciplina. Foucault utiliza o panóptico como uma metáfora para discutir as dinâmicas de poder e controle social em diversas instituições além das prisões, como escolas, hospitais e asilos.

## 2.2 Necessária definição de termos

O termo “Policiais Penais” é relativamente novo no Sistema de Segurança Brasileiro e refere-se aos agentes penitenciários que passaram a fazer parte, em 2019, da “Polícia Penal Brasileira”. As polícias penais estão vinculadas ao órgão administrador do sistema penal na unidade federativa a que pertencem, sendo responsáveis pela segurança dos estabelecimentos penais. Estes profissionais são internacionalmente reconhecidos como uma categoria de trabalhadores sujeitos a altas cargas de estresse e violência (Nascimento, 2022).

Com a Emenda Constitucional nº 104, de 04 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019) os policiais penais foram equiparados aos policiais civis e militares. Críticos argumentam que a mudança da nomenclatura de agente penitenciário e/ou agente de segurança penitenciária para policial penal implica em uma alteração de atribuições e no posicionamento do profissional perante a sociedade, o que “poderia significar um retorno ao ideal de punição, e não ressocialização” (Barros *et al.*, 2020, p 8).

## 2.3 Quem realmente é o preso?

Pesquisas apontam que uma das questões fundamentais que impactam a vida dos policiais penais é a vivência no ambiente prisional (Albuquerque & Araujo, 2018; Bravo et al, 2022; Frost & Monteiro, 2020; Fernandes et al, 2002). Eles acabam dividindo o mesmo espaço e ficam “aprisionados” durante sua jornada de trabalho (Ribeiro *et al.*, 2019). As escalas de plantões chegam a 24 horas diárias de trabalho, em ambientes fechados e muitas vezes insalubres (DEPEN, 2019). Soma-se a isso o permanente estado de vigilância, estresse e o constante risco de alguma situação violenta. Mesmo nos momentos de folga, fora do trabalho, os policiais penais têm dificuldade de sair do estado de alerta, de relaxar e muitos optam por reduzir sua vida social por medo de ações violentas de facções criminosas. Surgem também os problemas familiares devido à dificuldade do profissional “sair do papel” e seu “embrutecimento” ao longo do tempo (Ribeiro *et al.*, 2019).

Mistry (2017) em sua tese destaca que os trabalhadores do sistema prisional vivem em conflito de papéis ao tentar conciliar custódia e cuidado. Se por um lado eles

devem garantir a segurança pública protegendo a sociedade de eventuais fugas, por outro eles devem cuidar dos presos e contribuir para sua reabilitação.

A equipe penitenciária é submetida a longas jornadas de trabalho, horas extras, falta de pessoal, além de problemas com superlotação e com estrutura física do ambiente que, somado aos baixos salários, aumenta a insatisfação com o trabalho (Albuquerque & Araujo, 2018; Bravo et al, 2022; Frost & Monteiro, 2020; Fernandes et al, 2002; Mistry, 2017). A falta de reconhecimento e de valorização do trabalho por parte da sociedade também coloca os Policiais Penais na posição de estigmatizados. Conviver rotineiramente com pessoas excluídas do convívio social, criminosos condenados, transfere ao Policial Penal uma “mácula social” (Mistry, 2017). A idéia de estigma remete a Goffman (1980), pode-se associar o que acontece aos policiais penais como estigma de cortesia como um estigma sofrido por pessoas que se relacionam com alguém estigmatizado em levando a

Massola (2005) define a subcultura carcerária como valores, comportamentos, linguajares que o grupo social das penitenciárias estabelece no dia a dia de convivência. É inevitável a influência desta subcultura afetar também os trabalhadores do sistema prisional. Como parte do grupo social do sistema penitenciário, os Policiais Penais passaram a compartilhar dessa subcultura.

Podemos intuir que uma vez exposto a subcultura carcerária, os policiais penais criam a sua própria “subcultura custodial” (Ribeiro *et al.*, 2019) que surge como uma forma de autoproteção para equilibrar o cotidiano desumanizador e o conflito de papéis - custódia e cuidado / proximidade e afastamento além de atenuar os problemas físicos e mentais gerados pelo trabalho. Ribeiro *et al.*(2019) descrevem ainda as consequências do comportamento dos agentes penitenciários que são o isolamento social progressivo e a redução das redes de contatos. Essa situação gera a sensação de reclusão mesmo fora do trabalho e um desgaste físico e mental.

## **2.4 Sistema penal brasileiro**

Wacquant (2003) já destacava que o encarceramento em massa é um fenômeno mundial que aparece como resultado do Estado Neoliberal que como condição do desenvolvimento do capitalismo opta por diminuir a despesa estatal com políticas públicas sociais, incluindo saúde, educação e assistência social e aumentar os gastos

com a repressão penal. O fenômeno do encarceramento em massa segundo Wacquant (2003) atinge os mais pobres, negros, latinos e estrangeiros. Iniciado nos Estados Unidos, este fenômeno neoliberal irradiou-se para a Europa e América Latina. O Brasil também foi influenciado pelas políticas penais do “Estado policial” norte-americano e, conseqüentemente, pelo aumento do encarceramento.

Segundo a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN, 2023), a população carcerária do Brasil é de 832.295 pessoas - dados referentes a 2022. Isso significa uma média de 390,17 pessoas por 100 mil habitantes. São ao todo 1.458 estabelecimentos penais com um montante de 120.279 trabalhadores, dos quais 88.846 destinados à atividade de custódia - agentes penitenciários, agente de cadeia pública, policiais penais (Tabela 1).

**Tabela 1:** Sistema Prisional Brasileiro

<b>Números do Sistema Prisional Brasileiro</b>	
População carcerária	832.295
População carcerária por 100 mil habitantes	390,17
Estabelecimentos prisionais	1.458
Trabalhadores do sistema prisional	120.279
Razão de trabalhadores por população carcerária	6,92
Trabalhadores destinados à atividade de custódia	88.846
Razão de trabalhadores da atividade de custódia por população carcerária	9,37

Fonte: Elaborado pela autora com dados do SENAPPEN, 2023

Desde 2014, o Brasil passou a figurar como o terceiro país do mundo com a maior população carcerária, atrás de Estados Unidos e China. Paralelamente, estatísticas apontam um importante déficit de vagas no sistema prisional brasileiro. A razão de detentos por vaga aumentou de 1,3 em 2021 para 1,4 em 2022 (Agência Brasil, 2023). A população negra encarcerada no Brasil atingiu o maior patamar da série histórica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), passando de 58,4% em 2005 para 68,2% do total das pessoas presas em 2022 (Agência Brasil, 2023).

Autores acreditam que além do encarceramento em massa, o racismo estrutural prepondera no cenário do Sistema Prisional brasileiro. A superlotação indica problemas de insalubridade, violência e menor possibilidade de ressocialização, associada a esta

situação, a proporção de presos provisórios<sup>3</sup> também choca: representam 25,3% dos encarcerados, ou seja 210.687 pessoas (Agência Brasil, 2023).

Este encarceramento em massa nas últimas décadas favoreceu a organização dos presos em facções criminosas a partir das prisões. Estes grupos praticam crimes extremamente violentos, dentro e fora das prisões (Silvestre *et al.*, 2017). Assim, as facções criminosas, o encarceramento em massa, o déficit de vagas no sistema penitenciário e as péssimas condições das prisões são apenas alguns dos fatores que podem impactar na saúde mental e qualidade de vida dos policiais penais.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) aponta que um agente penitenciário para cada cinco presos é um padrão aceitável para garantir a segurança física e patrimonial nas unidades prisionais (Torquato *et al.*, 2020). Entretanto, o Instituto Latino-Americano da ONU para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (Ilanud) indica que mais profissionais são necessários para garantir segurança e ordem, recomendando um agente penitenciário para cada 3 presos (Torquato *et al.*, 2020).

Para dar conta da crescente população carcerária, o Estado tem aumentado o número de Policiais Penais. Esse contingente de trabalhadores apresenta fragilidades típicas dos profissionais que convivem com a violência e a insegurança diariamente e apresentam um risco maior para problemas mentais relacionados ao trabalho.

## **2.5 Polícia penal e saúde mental**

Os policiais penais são vítimas de transtornos mentais em número muito superior à população em geral; inclusive culminando com suicídios (Frost & Monteiro, 2021; Reggehr *et al.*, 2021; Bravo *et al.*, 2022). Identifica-se também que o ambiente organizacional dos presídios favorece a situações limites que podem levar ao abuso de substâncias. A cultura organizacional tende a desencorajar que os profissionais falem ou busquem ajuda para seus problemas (Frost & Monteiro, 2021). Embora o uso e abuso de álcool e drogas lícitas e ilícitas, bem como a relação dessas substâncias e o estresse do trabalho, tenha chamado atenção de mais pesquisadores da área da saúde, segurança

---

<sup>3</sup> Os presos provisórios ou submetidos a um regime de prisão processual que impõe o encarceramento ao investigado ou acusado, mesmo sem ser sentenciado. (Suxberger, 2021)

pública e direito, este parece ser ainda um tema tabu nas forças de segurança, em especial na Polícia Penal.

Obviamente, as prisões são um ambiente violento também para os trabalhadores, com riscos eminentes tanto físicos como psicológicos. Entretanto, pouco se fala de políticas de acolhimento para os profissionais que atuam nos presídios e que também podem vir a sofrer com o trabalho confinado.

Dejours (2011) em “A psicopatologia do trabalho” lembra que o trabalho é um operador da construção do sujeito na produção de sentido, contribuindo na conquista da sua identidade. Quando o trabalho gera sofrimento patogênico por pressões provocando mal estar e frustração, o indivíduo tende a usar de recursos defensivos de modo a resistir à ameaça que pode deixá-lo doente. Mas pode existir um sofrimento residual que em algum momento irá provocar um desequilíbrio tornando-se patogênico. Dejours (2011) não esquece as desigualdades dos sujeitos no enfrentamento às pressões do trabalho. Por outro lado, as características do trabalho contribuem para maior ou menor carga psíquica. Uma organização de trabalho autoritária, segundo Dejours (2011), tem uma maior carga psíquica e portanto maiores situações de desequilíbrio que podem se tornar patogênicos.

## **2.6 Uso de álcool e drogas**

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a síndrome da dependência do álcool é um dos problemas relacionados ao trabalho, e embora exista essa conexão, tenta-se prioritariamente a culpabilizar o indivíduo (Brasil, 2001). Muitas são as convergências que o trabalho estabelece com o consumo de álcool, desde aspectos de convivência interpessoal até uma forma de enfrentar o trabalho, através dos efeitos calmante, euforizante, estimulante, relaxante, indutor do sono, anestésico e antisséptico. O trabalho, portanto, é um dos fatores psicossociais de risco para o alcoolismo crônico com agravamento para profissões que envolvem altos níveis de estresse e perigo (Brasil, 2001), como é o caso dos Policiais Penais.

Entre a população geral, de acordo com um levantamento domiciliar feito no Brasil com mais de 1900 pessoas, 17% dos entrevistados são consumidores abusivos de álcool. Destes, 65% eram do sexo masculino e 27% tinham entre 25 e 34 anos. Verificou-se ainda que a maior parte das pessoas bebem em busca de sensações

positivas, mas uma parcela significativa usa a bebida alcoólica para aliviar sensações negativas, como estresse e tristeza (CISA, 2023).

O uso abusivo de álcool pode ocasionar tanto prejuízos pessoais e familiares, como também prejuízos no ambiente profissional, como a diminuição na produtividade, o aumento de absenteísmo, maior probabilidade de acidentes de trabalho, entre outros (OIT, 2008). Estima-se que 20% a 25% dos acidentes de trabalho no mundo envolvem pessoas que estavam “sob o efeito do álcool ou outras drogas, acarretando também custos enormes para a economia mundial” (OIT, 2008).

Em especial, no caso dos Policiais Penais, os efeitos do álcool podem afetar dramaticamente a rotina e elevar o risco inerente ao trabalho. Alguns exemplos de situações geradas pelo consumo de álcool que interferem perigosamente no trabalho do profissional do sistema prisional são a diminuição do julgamento, da percepção, da memória, da resposta reativa, da acuidade visual, da visão periférica e do aumento da sonolência. Em contrapartida, sabe-se que situações no trabalho também podem contribuir para o uso do álcool. Altos níveis de estresse influenciam no aumento do consumo de álcool e nas situações de abuso e dependência (OIT, 2008).

Assim como o álcool, a Organização Internacional para o Trabalho (OIT, 2008) acrescenta que as condições de trabalho podem promover ou aumentar o uso de drogas ilícitas. Entre tais condições, encontram-se: atividades sujeitas a riscos extremos de segurança; trabalho por turnos, trabalho noturno; trabalho em locais remotos, com deslocamento para longe de casa; conflitos de papéis; cargas de trabalho excessivas; tensão psicológica; monotonia e ausência de criatividade; variedade ou controle; comunicações não satisfatórias; insegurança no emprego; e por fim, indefinição dos papéis. Infelizmente, os Policiais Penais estão sujeitos a enfrentar cotidianamente todas essas condições de trabalho.

Souza (2013) lembra que pesquisadores identificam que o abuso e a dependência de substâncias psicoativas são sintomas de outros problemas. Muitas vezes elas são usadas para diminuir a ansiedade, acalmar e aliviar tensões provocadas pelas condições de trabalho e de vida. Assim, o consumo de substâncias psicotrópicas pode ser uma defesa coletiva contra o sofrimento provocado pelo trabalho (Dejours, 2011).

### 3 – JUSTIFICATIVA

Estima-se que o Brasil tenha, em média, sete presos para cada agente penitenciário, número que está acima do recomendado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que é de cinco presos por agente (Velasco & Caesar, 2018). Tal situação pode ter favorecido a estatística que, entre 2014 e 2018, nove agentes morreram, 300 foram feitos reféns e 594 ficaram feridos (Velasco & Caesar, 2018). Os dados sobre adoecimentos profissionais são imprecisos. Identifica-se que o trabalho impacta na saúde mental dos agentes penitenciários que são vítimas de transtornos mentais em número muito superior à população em geral levando, inclusive, a suicídios (Frost & Monteiro, 2021; Reggehr et al, 2021; Bravo et al, 2022).

O uso e abuso de álcool e drogas lícitas e ilícitas tem sido modestamente pesquisado, bem como a relação do abuso dessas substâncias e o estresse do trabalho. Este parece ser um tema ainda tabu nas forças de segurança, em especial na Polícia Penal. Estima-se que 3% a 5% da população de trabalhadores apresenta dependência de álcool (OIT, 2008). E embora seja uma droga lícita, o consumo nocivo de álcool tem impactos importantes na carga de doenças e violência.

Weir; Stewart; Morris (2012) indicam uma prevalência maior de alcoolismo entre policiais se comparado com a população geral. No caso das drogas, o Relatório Mundial sobre Drogas sinaliza que uma em cada 100 mortes de adultos é atribuída ao uso de drogas ilícitas. No Brasil, os impactos do uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas nos indicadores de mortalidade e morbidade da população são extremamente relevantes e desconhecidos.

Esta pesquisa justifica-se pela inexistência de dados consolidados sobre a saúde mental dos Policiais Penais, bem como pela falta de evidências sobre como o uso de álcool e drogas afetam trabalhadores do sistema prisional. Sabe-se que a maior parte das pesquisas relacionadas ao sistema prisional tem como foco a população encarcerada sendo que os agentes penitenciários são pouco estudados (Moraes, 2013).

Vale destacar que o Ministério da Saúde (Brasil, 2023) reconhece uma série de transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho. A maior parte das pesquisas relacionadas ao sistema prisional tem como foco a população encarcerada e os Policiais Penais ainda encontram pouco espaço nas pesquisas que se dedicam a estudar a saúde e as condições em que esses trabalhadores atuam. Os poucos estudos já

realizados mostram que esses trabalhadores exercem suas atividades em contextos estressantes, contam com pouco reconhecimento social e apresentam condições de saúde física e mental que ensejam cuidados.

A opção pela revisão de escopo ocorreu devido à inexistência de revisão sistemática sobre o tema, necessidade de examinar a extensão e natureza das produções científicas acerca do tema e necessidade de identificar lacunas na literatura (Cordeiro & Soares, 2019). A pergunta principal da pesquisa foi: O que tem sido produzido na pesquisa científica sobre o uso de drogas e álcool por policiais penais?

## **4 – OBJETIVOS**

### **4.1 - Geral**

Conduzir uma busca sistemática da produção científica relacionada ao uso de álcool e drogas por Policiais Penais.

### **4.2 - Específicos**

- Descrever os fatores associados ao uso de álcool e drogas por este grupo de trabalhadores e;
- Descrever as estratégias de enfrentamento apontadas pelos estudos analisados.

## 5 – Metodologia

A revisão de escopo é um tipo de revisão de literatura que faz um mapeamento da literatura disponível, procurando identificar evidências relevantes sobre um campo de pesquisa novo ou pouco explorado. Trata-se de uma revisão de literatura abrangente que permite compreender as evidências disponíveis, avaliando tendências e lacunas dentro do tema da pesquisa (Tricco, 2016; UNIFESP, 2021)

A revisão de escopo é adequada a questões amplas e pode reunir vários tipos de estudos. O objetivo principal não é buscar evidências e avaliá-las. Mas sim reunir o que já foi discutido, evidenciado, a intervenção e/ou experiência vivenciadas. Ao fazer esta pesquisa nada impede que o pesquisador comente as limitações e fragilidades apresentadas em cada pesquisa rastreada. É importante a categorização dos estudos selecionados como forma de buscar semelhanças e identificar por quais vertentes as pesquisas têm se destacado (Cordeiro & Soares, 2019).

Esta revisão utilizou a metodologia do *Joanna Briggs Institute* (JBI) (Aromataris, 2020) e nas recomendações do guia internacional *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR). O PRISMA-ScR é um roteiro para guiar a redação do relatório de revisão de escopo, sendo itens obrigatórios o título, o resumo, a introdução, o método, os resultados, a discussão e o financiamento se houver. O JBI orienta que se trabalhe os elementos do mnemônico PCC: P (população) C (conceito) e Contexto (C). Então nesta revisão para a População temos “Agentes penitenciários” / “Policiais Penais”, Conceito “uso de álcool e drogas” e Contexto “ambiente de trabalho”.

A revisão de escopo, segundo o JBI, envolve a definição e delimitação clara do tema e das perguntas de pesquisa que serão abordadas em uma revisão sistemática. Essa etapa é fundamental para direcionar a busca de evidências relevantes e estabelecer critérios de inclusão e exclusão dos estudos a serem analisados. Durante a revisão de escopo, são identificadas as principais características e variáveis-chave relacionadas ao tema, bem como as diferentes abordagens e intervenções existentes. Além disso, é importante mapear as lacunas de conhecimento e identificar possíveis vieses ou limitações que podem afetar a qualidade e o caráter generalizável dos estudos encontrados (Cordeiro & Soares, 2019).

A pesquisa nas bases de dados ocorreu entre os meses de abril e maio de 2023. As bases de dados utilizadas foram PubMed; *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs); *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO); Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); *Web of Science*; Scopus. Foi realizada também uma busca na literatura cinzenta no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (Quadro 1)

**Quadro 1:** Descrição das bases de dados

<b>Base de dados</b>	<b>Descrição</b>
Pubmed	É uma plataforma de busca da <i>National Library of Medicine</i> (NLM), que reúne registros da base de dados MEDLINE (principal base produzida pela NLM) e registros únicos PubMed.
Medline	Medline ( <i>Medical Literature Analysis and Retrieval System Online</i> ) é uma base de dados online de acesso gratuito a referências e resumos de revistas científicas da área Biomédica. São indexados nesta base aproximadamente 5.400 periódicos dos Estados Unidos e de mais 80 países.
BVS	A Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde – BVS MS, disponível na internet desde 2001, é responsável pela veiculação das publicações bibliográficas produzidas pelo Ministério da Saúde, bem como informações gerais na área de ciências da saúde.
SciELO	SciELO - <i>Scientific Electronic Library Online</i> - é uma biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico. Ela organiza e publica textos completos de revistas na Internet / Web, assim como produz e publica indicadores do seu uso e impacto.
Web of Science	A <i>Web of Science</i> é uma plataforma abrangente que promove uma pesquisa com confiança a partir de quase 1,9 bilhão de referências citadas em mais de 171 milhões de registros.
Scopus	Scopus é a maior base de dados de resumos e citações de literatura revisada por pares, com ferramentas bibliométricas para acompanhar, analisar e visualizar a pesquisa. Scopus contém mais de 22.000 títulos de mais de 5.000 editores em todo o mundo, abrangendo as áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais e Artes e Humanidades. Além disso, contém mais de 55 milhões de registros que remontam a 1823, dos quais 84% possuem referências que datam de 1996.
Literatura Cinza: Catálogo de Teses e	O Catálogo de Teses e Dissertações da Capes tem como objetivo facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país.

Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	Atualmente os dados nele apresentados são oriundos da Plataforma Sucupira.
---	--

Fonte: Elaborado pela autora.

As estratégias de busca usadas foram adaptadas para cada base de dados, incluindo a utilização de descritores em ciência da saúde DeCS/MeSH de modo a captar o máximo de literatura possível sobre o tema. Para cada base de dados foi utilizada uma estratégia de busca específica buscando um maior volume de publicações com o uso de adaptações das palavras chave e dos descritores conforme o idioma.

Foi feita também uma busca nas referências bibliográficas de cada um dos 25 textos selecionados, para procurar bibliografias adicionais que pudessem ser incluídas na pesquisa. Por fim, foi utilizado o PRISMA-ScR *Checklist* para guiar a redação do relatório da revisão de escopo.

Foram incluídas todas as publicações disponíveis na base de dados nos idiomas português, inglês e espanhol. Foi utilizado, pela autora, o *software* Rayyan QCRI da *Qatar Computing Research Institute* (Ouzzani *et al*, 2016) para triagem e gerenciamento das referências. Esta revisão de escopo teve seu protocolo registrado na plataforma *Open Science Framework* (OSF) link [osf.io/qfzc3](https://osf.io/qfzc3) e publicado (DOI 10.17605/OSF.IO/WYUHQ).

Esta revisão de escopo trabalhou com um instrumento de extração de dados. Este instrumento passou por várias etapas de formulação e incluiu informações básicas como autor, título, ano de publicação, tipo de publicação, evoluindo para informações mais complexas como tipos de pesquisa, tipos de amostra e instrumentos de pesquisas usados. Dessa forma, a partir dos objetivos específicos delineados, criou-se um instrumento de extração de dados, contendo diversos itens (Quadro 2).

**Quadro 2:** Instrumento para extração de dados

Identificação
Título do artigo Título do periódico Autores

Ano da publicação País da pesquisa País da publicação Idioma Fator de impacto / Qualis
Tipo de pesquisa Amostra (tipo e quantitativo) Instrumento utilizado Forma de aplicação do instrumento Propostas de intervenções / recomendações dos autores

Fonte: Elaborado pela autora.

## 6 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do presente trabalho serão apresentados no formato de artigo científico a ser submetido na Revista Brasileira de Segurança Pública. O artigo está no apêndice deste volume e já está apresentado segundo as normas da revista.

Ao utilizar as estratégias de busca foi necessário adequar os termos de busca para cada banco de dados. O termo Policial Penal é relativamente novo e por isso foi necessário ampliar a pesquisa com termos mais usados em língua portuguesa, ou inglesa. As estratégias de pesquisa estão descritas na Tabela 2.

**Tabela 2:** Estratégias de busca nas diferentes base de dados e resultados

Base de dados	Estratégia de busca	Resultados	Total
Pubmed	((prison officer) OR (correctional officer) OR (prison officers) OR (correctional officers) OR (prison guard) OR (prison guards)) AND ((alcohol OR (drugs) OR (drug))		214
Medline	(prison officer) OR (Correctional officer) OR (prison guard) AND (alcohol OR drugS) –	10	24
	(prison officerS) OR (Correctional officerS) OR (prison guardS) AND (alcohol OR drug)	14	
BVS	("agentes penitenciários") AND (ÁLCOOL) OR (drogas)	47	242
	("agente penitenciário") AND (ÁLCOOL) OR (drogas)	13	
	("carcereiro") AND (drogas) OR (ÁLCOOL)	3	
	(policiais penais) AND (ÁLCOOL) OR (DROGAS)	11	
	(policial penal) AND (ÁLCOOL) OR (DROGAS)	38	
	("AGENTES de segurança penitenciária") AND (drogas) OR (ÁLCOOL)	101	
	("prison officers") OR ("correctional officers") OR ("prison guards") AND (alcohol) OR (drugs)	29	

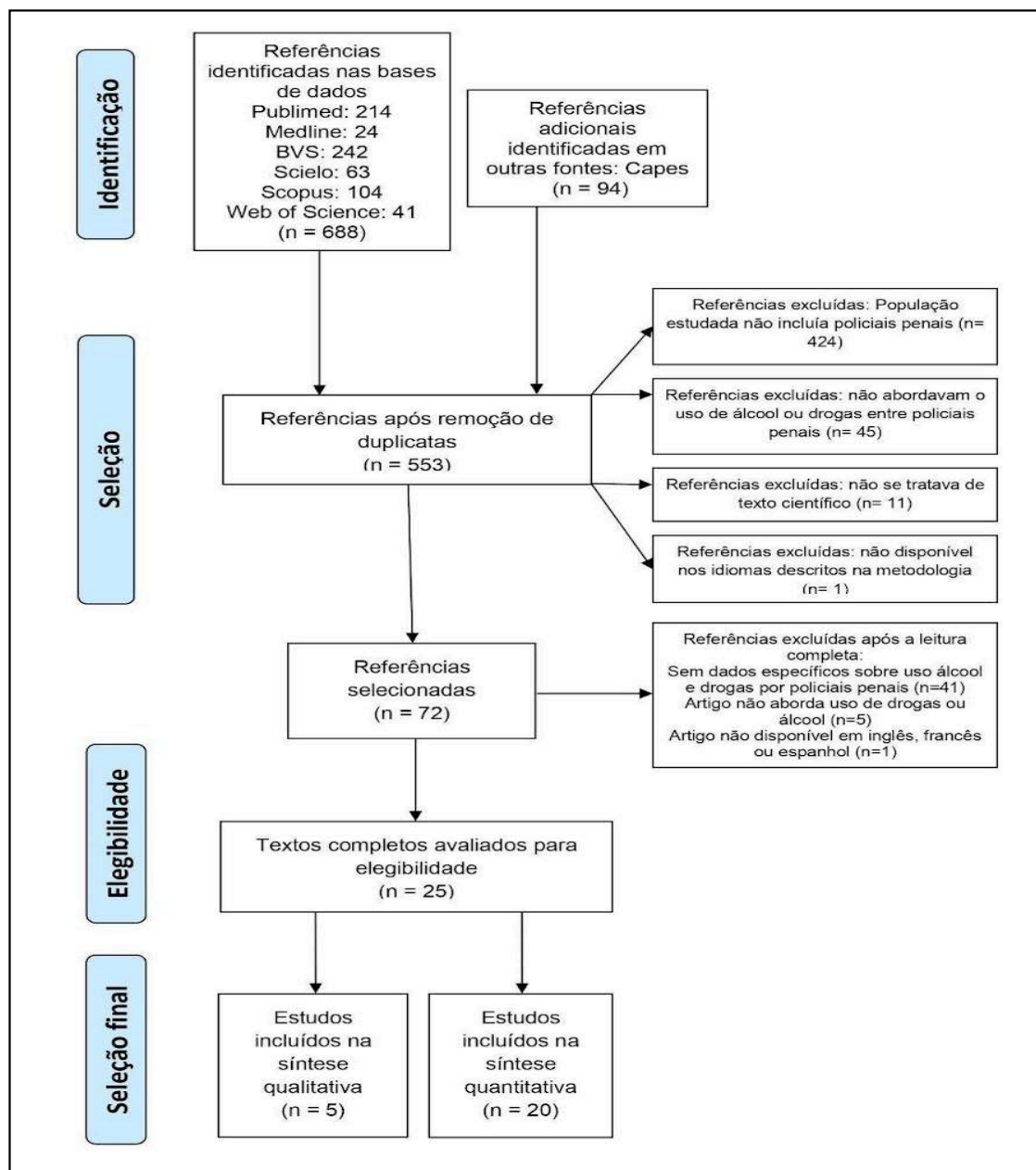
SciELO	("prison officers") OR ("correctional officers") OR ("prison guards") AND (alcohol) OR (drugs) AND (drogas) OR (ÁLCOOL)	42	63
	("Agentes Prisionais") AND (drogas) OR (ÁLCOOL)	5	
	("Agentes de segurança penitenciária") AND (drogas) OR (álcool)	10	
	("POLICIAIS PENAI") AND (ÁLCOOL) OR (DROGAS)	2	
	("POLICIA PENAL") AND ((álcool) OR (DROGAS))	2	
	(Carcereiro) AND ((álcool) OR (DROGAS))	2	
Web of Science	(TS=(Correctional officer*)) AND (TS=(drug*) OR TS=(alcohol))	41	41
Scopus	(("prison officer" OR "correctional officer" OR "prison officers" OR "prison guard" OR "prison guards")) AND (("alcohol" OR "drugs" OR "drug"))	Total: 1399 Open Access: 104	104
Literatura Cinza: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	Agentes penitenciários Policia penal Policiais penais Carcereiro Agentes de segurança penitenciária	94	94
		Total:	782

Fonte: Elaborado pela autora.

No total, foram identificados 782 artigos, dissertações e teses. Com a retirada das duplicatas restaram 553 textos. Com a utilização do *software* Rayyan foi feita a primeira seleção com base nos títulos e resumos. A maior parte dos textos excluídos (n=424) foram por não abordar a população alvo – policiais penais, ou por não abordar o conceito pesquisado – uso de álcool ou drogas entre policiais penais (n=45). Alguns textos foram excluídos por não se tratarem de textos científicos (n=11) e por não estar disponível nos idiomas elencados na metodologia (n=1).

Após uma leitura nos 72 textos restantes foram excluídas 41 pesquisas por não trazerem dados específicos sobre policiais penais. Outros cinco textos não tinham

informações sobre uso de álcool ou drogas por policiais penais e quatro textos não estavam disponíveis em acesso aberto. Restaram 25 pesquisas para análise na seleção final (Figura 1 e Tabela 3).



**Figura 1:** Fluxograma prisma da seleção dos estudos  
Fonte: Adaptado pela autora a partir de Moher *et al* (2009).

**Tabela 3:** Estudos selecionados - Autores, títulos, periódico e ano de publicação

<b>Identificação</b>	<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Periódico</b>	<b>Ano de publicação</b>
Campelo <i>et al.</i> (2021)	Campelo AMR, Ferreira MP, Berrêdo VC, Santos DA, Silva MS da, Bergamo V de M.	Condições de saúde do agente de segurança penitenciária relacionadas às atividades laborais	Rev Pesqui (Univ Fed Estado Rio J, Online)	2021
Campos <i>et al.</i> (2016)	Campos JADB, Schneider V, Bonafé FSS, Oliveira RV, Maroco J.	Síndrome de Burnout e consumo de álcool em agentes penitenciários	Rev Bras Epidemiol [Internet].	2016
Campos, Abreu, Silva (2022)	Campos RG, Abreu AA de, Silva SL.	Estresse ocupacional em policiais penais: estudo em uma unidade prisional de Minas Gerais	Rev Adm da UFSM [Internet]	2022
Carleton <i>et al.</i> (2018)	Carleton RN, Afifi TO, Taillieu T, Turner S, El-Gabalawy R, Sareen J, Asmundson GJG.	Anxiety-related psychopathology and chronic pain comorbidity among public safety personnel	J Anxiety Disord.	2018
Carleton <i>et al.</i> (2018a)	Carleton RN, Afifi TO, Turner S, Taillieu T, Duranceau S, LeBouthillier DM, Sareen J, Ricciardelli R, MacPhee RS, Groll D, Hozempa K, Brunet A, Weekes JR, Griffiths CT,	Mental Disorder Symptoms among Public Safety Personnel in Canada	Canadian Journal of Psychiatry	2018

	Abrams KJ, Jones NA, Beshai S, Cramm HA, Dobson KS, Hatcher S, Keane TM, Stewart SH, Asmundson GJG.			
Carleton <i>et al.</i> (2018b)	Carleton, R. Nicholas; Ricciardelli, Rosemary; Taillieu, Tamara; Mitchell, Meghan M.; Andres, Elizabeth; Afifi, Tracie O.;	Provincial Correctional Service Workers: The Prevalence of Mental Disorders	International Journal of Environmental Research and Public Health	2020
Dimenstein <i>et al.</i> (2017)	Dimenstein M, Lima AIO, Figueiró R de A, Leite JF.	Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional	Rev psicol organ trab	2017
Diuana <i>et al.</i> (2008)	Diuana V, Lhuilier D, Sánchez AR, Amado G, Araújo L, Duarte AM, <i>et al.</i>	Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro, Brasil	Cad Saúde Pública [Internet]	2008
Fernandes <i>et al.</i> (2002)	Fernandes R de C, Silvany Neto AM, Sena G de M, Leal Ados S, Carneiro CA, Costa FP.	Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil	Cad saúde Pública?	2002

Ferreira <i>et al.</i> (2017)	Ferreira MJM, Macena RHM, Mota RMS, Pires Neto R da J, Silva AMC da, Vieira LJES, <i>et al.</i>	Prevalência e fatores associados à violência no ambiente de trabalho em agentes de segurança penitenciária do sexo feminino no Brasil	Ciênc Saúde Colet (Impr) [Internet]	2017
Ferreira, Menezes, Dias (2012)	Ferreira REB, Menezes LC, Dias JC.	Relação da prevalência de atividade física com variáveis psicológicas e componentes da síndrome metabólica em agentes penitenciários de Belo Horizonte-MG	Rev bras ativ fis saúde [Internet]	2012
Holden <i>et al.</i> (1995)	Holden, R. W., Svenson, L. W., Jarvis, G. K., Campbell, R. L., Lagace, D. R., & Backs, B. J.	A Survey of Drinking Behaviors of Canadian Correctional Officers.	Psycholog ical Reports	1995
Jaskowiak & Fontana (2015)	Jaskowiak CR, Fontana RT	O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário	Rev Bras Enferm [Internet]	2015
Jetté & Sidney (1991).	Jetté, M., Sidney, K.	The benefits and challenges of a fitness and lifestyle enhancement program for correctional officers.	Canadian Journal of Public Health.	1991

Lavigne & Bourbonnais (2007)	Éric Lavigne, Renee Bourbonnais	Psychosocial work environment, interpersonal violence at work and psychotropic drug use among correctional officers	International Journal of Law and Psychiatry	2007
Lima <i>et al.</i> (2019)	Lima AIO, Dimenstein M, Figueiró R, Leite J, Dantas C.	Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e Uso de Álcool e Drogas entre Agentes Penitenciários	Psicol Teor e Pesqui [Internet]	2019
Lourenço (2010)	Lourenço A da S	O espaço da vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários	Tese / Livro	2010
Moraes (2013)	de Moraes, Pedro R. Bodé.	A identidade e o papel de agentes penitenciários	Tempo Soc [Internet].	2013
Nascimento <i>et al.</i> (2019)	Nascimento VF do, Borges JS, Cabral JF, Terças -Trettel ACP, Hattori TY, Lemes AG, <i>et al.</i>	Acceso a la información sobre las sustancias psicoactivas y el consumo de éstas por los agentes penitenciários	Enfermería Actual Costa Rica [Internet]	2019
Pauli <i>et al.</i> (2022)	Pauli FB, Follador FAC, Wendt G, Lucio LC, Pascotto CR, Ferreto LED	Condições de trabalho y salud de los funcionarios de prisiones en Paraná (Brasil)	Rev esp sanid peni	2022

Reichert <i>et al.</i> (2007)	Reichert FF, Lopes M, Loch MR, Romanzini M. PR	Atividade física e outros aspectos relacionados à saúde de agentes penitenciários de Londrina	Rev bras ativ fis saúde [Internet]	2007
Shepherd <i>et al.</i> (2019)	Shepherd, B. R., Fritz, C., Hammer, L. B., Guros, F., & Meier, D.	Emotional demands and alcohol use in corrections: A moderated mediation model.	J Occup Health Psychol	2019
Svenson <i>et al.</i> (1995)	Svenson L.W., Jarvis G.K., Campbell R.L., Holden R.W., Backs B.J., Lagace D.R.	Past and current drug use among Canadian correctional officers.	Psycholog ical Reports	1995
Useche <i>et al.</i> (2019)	Useche SA, Montoro LV, Ruiz JI, Vanegas C, Sanmartin J, Alfaro E.	Workplace burnout and health issues among Colombian correctional officers.	Plos One	2019
Webster <i>et al.</i> (1983)	Webster IW, Porritt DW, Brennan PJ. Aust N Z J.	Reported health, life-style and occupational stress in prison officers	Public Health Australian and New Zealand Journal of Public Health [Internet]	1983

---

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos 25 textos, 20 são quantitativos e cinco pesquisas qualitativas das quais, uma é tese. Entre as qualitativas destacam-se um ensaios, uma etnografia, uma pesquisa-ação e duas pesquisas exploratórias. Entre os quantitativos destacam-se as pesquisas do tipo *survey*. As pesquisas contaram com amostras variadas, a maior uma população total

exclusiva de policial penal foi de Lavigne & Bourbonnais (2007) com 1.275 participantes. (Tabela 4)

A predominância de pesquisas quantitativas aponta para uma preocupação epidemiológica das investigações – avaliação de prevalência e frequência. Das 25 pesquisas, a maior parte delas - 20 dos 25 textos - faz avaliações de saúde física e/ou mental dos profissionais. Essas avaliações incluíram perguntas sobre o uso de drogas e álcool e por isso foram incluídas na seleção final. No caso das pesquisas qualitativas, foram selecionados textos que apresentavam depoimentos de policiais penais a respeito do uso de álcool e drogas.

As pesquisas selecionadas foram publicadas ao longo de 40 anos, mas há predominância de investigações nos últimos cinco anos. Este resultado pode refletir uma realidade mundial de encarceramento em massa que gera maior necessidade de profissionais de segurança penitenciária e por consequência surgem ou tornam-se mais visíveis os problemas de saúde mental relacionados a esses trabalhadores, estimulando pesquisas sobre o tema (Figura 2).

**Tabela 4:** Estudos selecionados – Tipos de estudos, amostra, país, fator de impacto/ qualis

<b>Identificação</b>	<b>País da revista / País da pesquisa</b>	<b>Tipo de Pesquisa</b>	<b>Amos- tra*</b>	<b>Fator de impacto</b>	<b>Qua- -lis</b>
Campelo <i>et al.</i> (2021)	Brasil	Quantitativa	43	NA	B3
Campos <i>et al.</i> (2016)	Brasil	Quantitativa	339	NA	B1
Campos, Abreu, Silva (2022)	Brasil	Quantitativa	98	NA	A4
Carleton <i>et al.</i> (2018)	Canadá	Quantitativa	5093 / 701	13.711	NA
Carleton <i>et al.</i> (2018a)	Canadá	Quantitativa	5813 / 336	5.321	NA
Carleton <i>et al.</i> (2018b)	Reino Unido / Canadá	Quantitativa	1032 / 553	4.614	NA

Dimenstein <i>et al.</i> (2017)	Brasil	Quantitativa	403	NA	A2
Diuana <i>et al.</i> (2008)	Brasil	Qualitativa / Pesquisa ação	191 / 83	3.371	B1
Fernandes <i>et al.</i> (2002)	Brasil	Quantitativa	311	3.371	B1
Ferreira <i>et al.</i> (2017)	Brasil	Quantitativa	295	1.019	A3
Ferreira, Menezes, Dias (2012)	Brasil	Quantitativa	101	NA	B2
Holden <i>et al.</i> (1995)	Canadá / Estados Unidos	Quantitativa	77	2.93	NA
Jaskowiak & Fontana (2015)	Brasil	Qualitativa	26	0.275	A2
Jetté & Sidney (1991)	Canadá	Quantitativa	25	2.448	NA
Lavigne & Bourbonnais (2007)	Reino Unido / Canadá	Quantitativo	1.275	2.479	NA
Lima <i>et al.</i> (2019)	Brasil	Quantitativa	403	0.158	A1
Lourenço (2010)	Brasil	Qualitativa / Etnográfico	27	NA	NA
Moraes (2013)	Brasil	Qualitativa / ensaio	NA	0.545	NA
Nascimento <i>et al.</i> (2019)	Costa Rica / Brasil	Qualitativo	9	0,3	NA
Pauli <i>et al.</i> (2022)	Espanha / Brasil	Quantitativa	125	0,3	NA
Reichert <i>et al.</i> (2007)	Brasil	Quantitativa	75	NA	B2
Svenson <i>et al.</i> (1995)	Canadá / Estados Unidos	Quantitativa	77	2.93	NA

Shepherd <i>et al.</i> (2019)	Estados Unidos	Quantitativa	1.039	7.25	NA
Useche <i>et al.</i> (2019)	França / Colômbia	Quantitativa	219	3.752	NA
Webster <i>et al.</i> (1983)	Austrália e Nova Zelândia	Quantitativa	262	2.939	NA

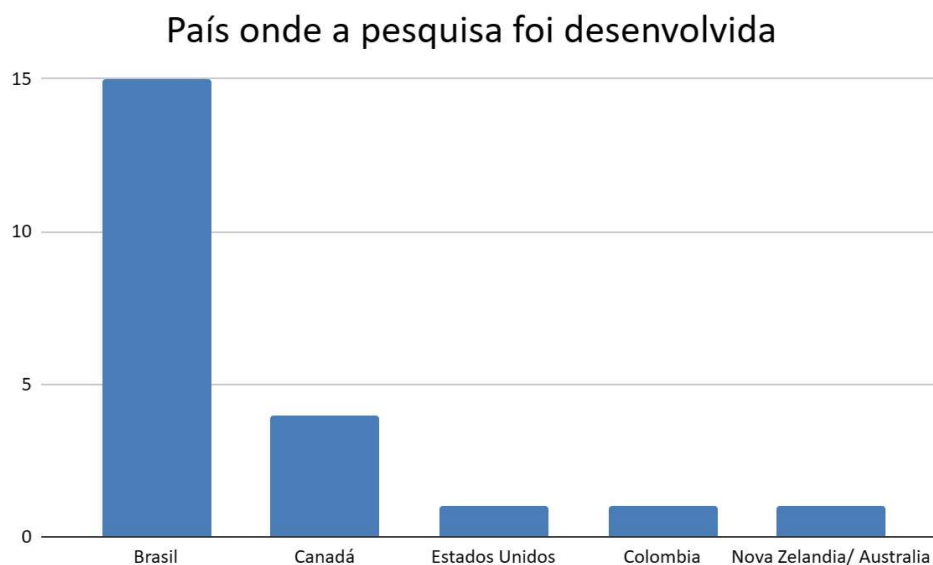
Fonte: Elaborado pela autora. \*Número total de entrevistados/Políciais penais entrevistados



**Figura 2:** Distribuição dos artigos/teses por ano

Fonte: Elaborado pela autora.

As publicações foram em sua maioria em revistas dedicadas à saúde coletiva, psicologia e publicações específicas do sistema penal. A publicação de maior fator de impacto foi a de Carleton *et al.* (2018), inserido no *Journal of Anxiety Disorders*. Algumas publicações principalmente nacionais não tem fator de impacto monitorado e optou-se por descrever a avaliação Qualis do periódico, cujo maior escore foi A1 atribuído à revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, onde foi publicado o artigo de Lima *et al.* (2019) (Quadro 6).



**Figura 3:** País onde foram desenvolvidas as pesquisas  
Fonte: Elaborado pela autora.

### 6.1 Pesquisas quantitativas

Todas as pesquisas selecionadas foram transversais, isto é, não permitem determinar causalidade. Apenas cinco das 20 pesquisas utilizaram amostragem probabilística. A maior parte dos inquéritos (13 entre 20) foi autoaplicável ou auto relatada e, portanto, sujeitas ao viés de seleção, além do viés de resposta por ser um tema estigmatizante, principalmente no meio prisional. (Quadro 3)

Das pesquisas quantitativas selecionadas, 13 abordam o uso de álcool, três de álcool e drogas e uma discute o uso de psicofármacos sem entrar na questão do uso de álcool. Quanto ao uso de instrumentos de triagem para problemas com álcool, seis pesquisas selecionadas usaram *Alcohol Use Disorder Identification Test* (AUDIT) e duas usaram *Cut down/Annoyed/Guilty/Eye-opener Questionnaire* (CAGE) e duas o *Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test* (ASSIST) . Quatro usaram o *Self-Reporting Questionnaire-20* (SRQ-20).

**Quadro 3:** Pesquisas quantitativas, instrumentos usados, tipo de coleta de dados, amostragem

<b>Identificação</b>	<b>Instrumentos</b>	<b>Coleta de dados</b>	<b>Amostragem</b>
Campelo <i>et al.</i> (2021)	Questionário adaptado	Não descreve	Probabilística
Campos <i>et al.</i> (2016)	AUDIT, MBIGS - Maslach Burnout Inventory General Survey	Autoaplicável	Não probabilística. Auto-seleção
Campos, Abreu, Silva (2022)	MBIGS, MTEG - Theoretical Model for Explanation of Occupational Stress	Autoaplicável	Não probabilística. Auto-seleção
Carleton <i>et al.</i> (2018)	AUDIT	Autoaplicável	Não probabilística. Auto-seleção
Carleton <i>et al.</i> (2018a)	AUDIT	Autoaplicável	Não probabilística. Auto-seleção
Carleton <i>et al.</i> (2018b)	AUDIT	Autoaplicável	Não probabilística. Auto-seleção
Dimenstein <i>et al.</i> (2017)	SRQ-2 ASSIST	Entrevistadores	Não probabilística. Auto-seleção
Fernandes <i>et al.</i> (2002)	SRQ-2 / CAGE	Autoaplicável	Probabilística aleatória
Ferreira <i>et al.</i> (2017)	AUDIT	Autoaplicável	Probabilística aleatória
Ferreira, Menezes, Dias (2012)	SRQ-2	Autoaplicável	Probabilística aleatória
Lavigne & Bourbonnais (2007)	Demand-control-support (DCS), Job Content Questionnaire (JCQ), Siegrist's effort/reward imbalance (ERI)	Autoaplicável	Não probabilística. Auto-seleção
Lima <i>et al.</i> (2019)	SRQ-2 ASSIST Entrevista	Entrevistadores	Não probabilística. Auto-seleção

Pauli <i>et al.</i> (2022)	SRQ-2, CAGE, AUDIT	Autoaplicável	Probabilística
Reichert <i>et al.</i> (2007)	SRQ-20	Entrevistadores	Probabilística aleatória
Shepherd <i>et al.</i> (2019)	Oldenburg Burnout Inventory The Recovery Experience Quest. e questionários próprios	Autoaplicável	Não probabilística. Auto-seleção
Useche <i>et al.</i> (2019)	Maslach's Burnout Inventory (MBI), questionários próprios	Autoaplicável	Não probabilística. Auto-seleção
Webster <i>et al.</i> (1983)	NA	Exames laboratoriais	Não probabilística. Auto-seleção

Fonte: Elaborado pela autora.

O AUDIT, o CAGE e o ASSIST são instrumentos largamente conhecidos e aplicados para caracterização da amostra, avaliação da experiência com álcool de familiares e pessoas próximas ao respondente, identificação de grupos de risco e rastreamento do uso inadequado de álcool. Já o SRQ 20 é um instrumento de avaliação psiquiátrica que inquiri os pacientes sobre sintomas psicossomáticos não-psicóticos e psicóticos, convulsões do tipo tônico-clônica e rastreamento de transtorno por uso de álcool (Santos, 2013; Henrique, 2004; Gonçalves, 2008; Castells, 2005). (Quadro 3)

### 6.1.1 Uso e abuso de álcool

Os resultados quantitativos sinalizam para um uso de álcool por parte dos policiais penais acima da média populacional nos diversos países que foram investigados. Não é possível comparar os resultados devido às diferenças de populações abordadas. Apenas um dos estudos é de nível nacional, os demais se restringem a unidades prisionais isoladas, de uma cidade ou província. Nem todas as pesquisas distinguiram: Abstêmios, Consumo moderado, Consumo de risco, e Transtorno por uso de álcool, ficando difícil a comparação entre elas (Quadro 4).

**Quadro 4:** Pesquisas quantitativas – evidências

Identificação	Evidências
Campelo <i>et al.</i> (2021)	Prevalência de 48,83% para uso de álcool
Campos <i>et al.</i> (2016)	Prevalência de 22,4% para consumo de risco de álcool. Consumo de bebidas associado com sexo (homens fator de risco), tabagismo (fator de risco) e prática religiosa (fator de proteção). Maior consumo de álcool tem maior exaustão emocional e cinismo, e menor eficácia profissional.
Campos, Abreu, Silva (2022)	Associação de estresse e consumo de bebidas alcoólicas. Consumidores de álcool: 32,47% apresentam estresse leve a moderado, e 57,14% apresentam nível intenso ou muito intenso.
Carleton <i>et al.</i> (2018)	Agentes penitenciários que relataram dor crônica são mais propensos a testar positivo para transtornos mentais, entre eles o transtorno do uso de álcool.
Carleton <i>et al.</i> (2018a)	Distúrbios por uso de álcool muito maior do que as taxas de diagnóstico para a população em geral. As triagens positivas para um possível transtorno mental aumentaram em função da idade do participante e dos anos de serviço. Uso do álcool surge como mecanismo de enfrentamento.
Carleton <i>et al.</i> (2018b)	Transtorno de uso de álcool em 6,7% dos participantes da pesquisa, destes, 75,4% eram “ <i>correctional officers</i> ”. Mulheres agentes penitenciárias eram mais propensas à triagem positiva do que os homens ( $p < 0,05$ ) para transtornos mentais. Agentes penitenciários entre 40 e 49 anos, separados ou divorciados, foram associados ( $p < 0,05$ ) com triagem positiva para um ou mais transtornos mentais.
Dimenstein <i>et al.</i> (2017)	Pessoas que trabalham no sistema há mais de 10 anos mostram-se mais propensas ao consumo abusivo/ dependente de <i>Cannabis</i> . Ter mais de um emprego na área de segurança aumenta as chances de uso nocivo ou dependente de tabaco e álcool. Os agentes penitenciários com consumo nocivo/dependente têm de 30 a 45 anos, estão em um relacionamento estável, com filhos, apresentam mais tempo de trabalho (10 a 15 anos), têm ensino superior completo, outra ocupação de área de segurança e dobraram de turno no último mês.
Fernandes <i>et al.</i> (2002)	Uso de drogas ilícitas não foi relatado por nenhum dos participantes. E dois terços (68,5%) afirmaram que bebiam atualmente e 14,8% relataram nunca ter consumido. E houve suspeita de alcoolismo em 15,6% dos participantes. Exercício de outra atividade remunerada e ausência de treinamento se sustentaram no modelo final para avaliação de suspeita de alcoolismo.

Ferreira <i>et al.</i> (2017)	O consumo atual de calmantes foi relatado por pouco mais de 22% das entrevistadas. Cerca de 32,3% (95% IC: 26,9 - 38,3) das Agentes do Sistema Penitenciário afirmaram consumir bebidas alcoólicas.
Ferreira, Menezes, Dias (2012)	A maioria da amostra faz uso de bebidas alcoólicas (63,1% para o gênero masculino e 60% para o gênero feminino).
Holden <i>et al.</i> (1995)	Embora uma porcentagem maior de agentes penitenciários do que da população em geral tenha relatado consumir álcool, os seus níveis de consumo foram semelhantes. Os homens relataram ter mais problemas relacionados ao seu comportamento de beber do que as mulheres. Os resultados desta pesquisa indicam que a quantidade de álcool consumida pelos agentes penitenciários canadenses é semelhante ao da população em geral.
Jetté & Sidney (1991)	72% dos agentes penitenciários entrevistados (18 pessoas) relataram consumir álcool regularmente, 16% eram ex-bebedores e 12% nunca consumiram álcool. Após aconselhamento e intervenção com um programa de atividades físicas, dois policiais penais (11% dos que bebiam) relataram que haviam reduzido drasticamente seu consumo de álcool.
Lavigne & Bourbonnais (2007)	A prevalência do uso de psicofármacos entre os agentes penitenciários foi de 14,7%. A pesquisa concluiu que houve maior prevalência de uso de drogas psicotrópicas entre agentes penitenciários do sexo feminino (18,7%) em comparação com 11,8% do sexo masculino. Indicaram também associação positiva ao uso de drogas psicotrópicas: idade superior a 35 anos, baixo suporte social fora do trabalho, estresse associado a eventos ocorridos nos últimos 12 meses, ser fumante. O trabalho em tempo parcial dos agentes penitenciários teve efeito protetor sobre o uso de drogas psicotrópicas. Uma relação esforço-recompensa extrínseca desequilibrada, baixo apoio social de colegas e supervisores e assédio psicológico no trabalho foram associados separadamente ao uso de drogas psicotrópicas. O uso de drogas psicotrópicas não está associado à tensão no trabalho ou à violência interpessoal no trabalho e à intimidação. O assédio psicológico no trabalho foi associado ao uso de drogas quando ajustado para idade e sexo.
Lima <i>et al.</i> (2019)	Prevalência de consumo do álcool (baixo risco - 66% -, uso nocivo - 21,84% -, uso dependente - 0,5%), da maconha (baixo risco - 9,1% -, uso nocivo - 1,49% -, uso dependente - 0,25%), da cocaína (baixo risco - 2,98% -, uso nocivo - 0,74%), da anfetamina (baixo risco - 0,99% -, uso nocivo - 0,25%), de inalantes (baixo risco - 7,44% -, uso nocivo - 0,25%), de hipnóticos (baixo risco - 3,72% -, uso nocivo - 0,25%, uso dependente - 0,5%) e, em menor escala, alucinógenos (baixo risco - 0,3%).

Pauli <i>et al.</i> (2022)	A prevalência do consumo de álcool foi 68%, enquanto 9,6% dos entrevistados tiveram risco de abuso e/ou dependência de álcool (IC 95%: 4,8-16,0). Foi identificado que o ambiente organizacional e físico estava relacionado com estresse e queixas de saúde.
Reichert <i>et al.</i> (2007)	71,2% dos entrevistados com consumo regular de bebidas alcoólicas. Ausência de prática regular de atividades físicas e consumo de bebidas alcoólicas (p=0,03) e presença de distúrbios psíquicos menores (p=0,02)
Shepherd <i>et al.</i> (2019)	O trabalho emocionalmente exigente está associado com maiores níveis de burnout (particularmente a componente de exaustão de esgotamento), que está ligada a maiores níveis de consumo de álcool. Agentes penitenciários que são capazes de se desligar do trabalho nas horas de folga podem ter menor risco de beber para lidar com o trabalho emocionalmente exigente

Fonte: Elaborado pela autora.

Cinco artigos - Carleton *et al.* (2018a); Carleton *et al.* (2018b); Dimenstein *et al.* (2017); Lavigne & Bourbonnais (2007), Useche *et al.* (2019) - sendo dois da mesma pesquisa, sinalizam para uma maior taxa de abuso de álcool de policiais penais em relação à população geral. O abuso de álcool aumenta com a idade e com o tempo de trabalho em prisões. Estas pesquisas foram realizadas no Canadá, Brasil e Colômbia. (Quadro 8).

Campos *et al.*, (2016), em uma pesquisa em duas penitenciárias brasileiras, identificaram que o uso de álcool foi significativamente associado com sexo, tabagismo e prática religiosa, com maior chance do uso nocivo do álcool para homens e para fumantes. Eles encontraram um consumo de risco para álcool de 22,4%. A prática religiosa aparece como fator de proteção no consumo de bebidas alcoólicas. Identificou-se também que o maior consumo de álcool tem maior exaustão emocional e cinismo, e menores níveis de eficácia profissional (Campos *et al.*, 2016).

A ampla pesquisa realizada no Canadá (Carleton *et al.*, 2018, 2018a, 2018b) identificou que os agentes penitenciários que relataram dor crônica são mais propensos a testar positivo para transtornos mentais, entre eles o transtorno do uso de álcool (Carleton *et al.* 2018). As triagens positivas para um possível transtorno mental aumentaram em função da idade do participante e dos anos de serviço. O uso do álcool aparece como mecanismo de enfrentamento (Carleton *et al.*, 2018a). Já mulheres que trabalhavam como agentes penitenciárias eram mais propensas à triagem positiva do

que os homens ( $p < 0,05$ ) para transtornos mentais. Entretanto a pesquisa não fez distinção de sexo para uso do álcool (Carleton *et al.*, 2018b).

Ter mais de um emprego na área de segurança aumenta as chances de uso nocivo ou dependente de tabaco e álcool, esse dado de Dimenstein *et al.* (2017) foi encontrado numa pesquisa que envolveu 19 penitenciárias do Rio Grande do Norte no Brasil. Os agentes penitenciários, com consumo nocivo/dependente têm de 30 a 45 anos, estão em um relacionamento estável, com filhos, apresentam mais tempo de trabalho (10 a 15 anos), têm ensino superior completo, outra ocupação de área de segurança e dobraram de turno no último mês. No estudo Fernandes *et al.* (2002), que abrangeu agentes penitenciários da região Metropolitana de Salvador, Bahia, aproximadamente dois terços da amostra (68,5%) afirmaram que bebiam atualmente e apenas 14,8% relataram nunca ter consumido álcool. Houve suspeita de alcoolismo em 15,6% dos participantes. Esta pesquisa selecionou os participantes por amostragem aleatória estratificada proporcional mantendo a mesma proporcionalidade entre o número de agentes de cada unidade penitenciária e aquela existente na população-alvo. Os autores identificaram ainda que estes participantes tinham outra atividade remunerada.

O tabagismo foi relacionado ao uso de álcool ( $r = 0,174$ ,  $p=0,002$ ) quando controlado por idade na pesquisa realizada na Austrália e Nova Zelândia por Webster *et al* (1983). Os dados da pesquisa não confirmaram uma relação do estresse com o alto nível de consumo de álcool (Webster *et al.*, 1983).

Jetté & Sidney (1991) identificaram consumo de álcool regular em 72% da amostra (18 agentes canadenses), 16% eram ex-bebedores e 12% nunca consumiram álcool. Dois policiais penais (8% da amostra) relataram redução drástica no consumo alcoólico após a intervenção com atividades físicas e aconselhamento.

Já no estudo de Holden *et al.*(1995), os autores compararam o consumo de álcool entre 77 agentes penitenciários de duas penitenciárias no Canadá, ao consumo de uma pesquisa nacional da população canadense (Health and Welfare Canada, 1988, 1993) que entrevistou 13.000 canadenses com 15 anos ou mais nos anos de 1985 e 1990. A pesquisa identificou um consumo maior entre os agentes penitenciários que na população em geral. Entretanto, em geral, os padrões de consumo de álcool dos agentes penitenciários não diferem significativamente da população em geral no Canadá. Embora uma porcentagem maior de agentes penitenciários do que da população em

geral tenha relatado consumir álcool, os seus níveis de consumo foram semelhantes. Os homens relataram ter mais problemas relacionados ao seu comportamento de beber do que as mulheres. Por exemplo, os homens tiveram mais frequentemente um membro da família a informar que estavam a beber demasiado e um quinto dos que bebem sofreu um acidente ou foi preso por beber.

### 6.1.2 Uso e abuso de drogas

Pessoas que trabalham no sistema penal há mais de 10 anos se mostram mais propensas ao consumo abusivo/dependente de *Cannabis* (Dimenstein *et al.*, 2017). Na pesquisa em 15 unidades prisionais femininas nas cinco regiões do Brasil realizada por Ferreira *et al.* (2017), os autores concluem que as agentes de segurança penitenciária são expostas ao risco de desenvolverem distúrbios relacionados à saúde mental e como forma de aliviar os sintomas decorrentes do estresse e tensão no trabalho, muitas recorrem ao uso de antidepressivos e calmantes.

Lavigne & Bourbonnais (2007), num estudo canadense, corroboram este resultado descrevendo que a prevalência do uso de psicofármacos entre os agentes penitenciários foi de 14,7%. E a maior prevalência é entre agentes penitenciários do sexo feminino (18,7%) em comparação com uma prevalência de 11,8% do sexo masculino. Com uma razão de prevalência (RP) de agentes penitenciários femininos em comparação aos masculinos foi de 1,6 (IC95%: 1,2–2,1). Além disso, há uma associação positiva ao uso de drogas psicotrópicas com idade superior a 35 anos (RP=1,6; IC95%: 1,2–2,3 para idades entre 35 e 44 anos e RP=1,6; IC95%: 1,1–2,3 para profissionais com mais de 45 anos de idade.), baixo suporte social fora do trabalho (RP= 1,5, IC95%: 1,1–1,9), estresse associado a eventos ocorridos nos últimos 12 meses (RP=1,9, IC95%: 1,4–2,5), ser fumante (RP = 1,5, IC95%: 1,1–2,0). O trabalho em tempo parcial dos agentes penitenciários teve efeito protetor sobre o uso de drogas psicotrópicas (RP = 0,5, IC95%: 0,4–0,7). O assédio psicológico no trabalho também foi associado separadamente ao uso de drogas psicotrópicas quando ajustado para idade e sexo. Isso nunca foi relatado em estudos anteriores (Lavigne & Bourbonnais, 2007).

A pesquisa de Svenson *et al.* (1995), também realizada no Canadá, avaliou o uso passado e atual de drogas em uma amostra de 77 agentes penitenciários (45 homens, 29 mulheres, 3 sem resposta à questão de gênero) . Os autores compararam os resultados

dos agentes penitenciários com os resultados de uma pesquisa nacional com 13 mil canadenses com 15 anos ou mais em 1985 e 1990 (Health and Welfare Canada, 1988, 1993). Destes agentes penitenciários, 45 (58%) indicaram alguma forma de uso de drogas ilícitas no passado. Os oficiais correcionais indicando o uso atual de drogas mostrou uma redução significativa no uso de 45 (58%) para 17 (22%). Foram relatados oito medicamentos diferentes usados por este grupo no passado; a análise mostrou que 35 usaram maconha (45%), 9 usaram anfetaminas (12%), 11 usaram barbitúricos (14%), 15 usaram tranquilizantes (5%), 12 usaram cocaína (16%), 2 usaram heroína (3%), 11 usaram opiáceos (14%) e 12 usaram psicodélicos (15%). Das oito drogas relatadas como usadas no passado, quatro também foram usadas atualmente; 6 agentes penitenciários usaram maconha (8%), 1 usou barbitúricos (1%), 1 usou tranquilizantes (1%) e 1 usou opiáceos (1%). As proporções de agentes penitenciários que indicam o uso de maconha e a cocaína era 9 e 16 vezes maior que a da população em geral do Canadá. Os autores destacam que estes dados sugerem padrões de consumo de drogas mais semelhantes aos dos presos do que da população em geral. Os autores destacam a possibilidade de viés de relato que precisa ser analisado com mais pesquisas.

### **6.1.3 Ambiente de trabalho e hábitos de vida**

Foi identificado que o ambiente organizacional e físico estava relacionado com estresse e queixas de saúde (Pauli *et al.*, 2022). Já o resultado do estudo de Reichert *et al.* (2007) associou a ausência de prática regular de atividades físicas com o consumo de bebidas alcoólicas ( $p=0,03$ ) e também com a presença de distúrbios psíquicos menores ( $p=0,02$ ).

Shepherd *et al.*, (2019) registra que o trabalho emocionalmente exigente está associado com maiores níveis de burnout e que está ligado a maiores níveis de consumo de álcool. Agentes penitenciários que são capazes de se desligar do trabalho nas horas de folga podem ter menor risco de beber para lidar com o trabalho emocionalmente exigente (Shepherd *et al.*, 2019).

Os resultados de Useche *et al.*, (2019), numa pesquisa realizada na Colômbia, demonstram uma relação de burnout e burnout + distúrbio psicológico com o consumo de álcool maior. Também identificam que atividade física menor, taxas de sobrepeso maiores e suporte social menor estão relacionados com uma frequência maior de

consumo de álcool. A frequência de consumo de álcool é menor para os participantes com baixo burnout e maior idade (Useche *et al.*, 2019).

Em resumo, cinco artigos (Campos *et al.*, 2016; Dimenstein *et al.*, 2017; Lavigne & Bourbonnais, 2007; Useche *et al.*, 2019; Webster *et al.*, 1983) associam o uso de álcool e o tabagismo. Apenas uma pesquisa (Campos, Abreu, Silva, 2022) associa o uso do álcool por policiais penais com o estresse. A relação entre o consumo de álcool e o alcoolismo e a ausência de atividade física regular aparecem em três pesquisas (Fernandes *et al.*, 2002; Reichert *et al.*, 2007; Useche *et al.*, 2019). Duas pesquisas (Shepherd *et al.*, 2019 e Useche *et al.*, 2019) apontam para uma relação entre burnout a maiores níveis de consumo de álcool.

## 6.2 Pesquisas qualitativas

As pesquisas qualitativas selecionadas são todas brasileiras e trazem depoimentos de agentes penitenciários que identificam que colegas se tornaram alcoólatras em decorrência do trabalho em prisões (Moraes, 2013). Na percepção dos policiais penais entrevistados, o trabalho não é agradável, tem muita tensão e que o índice de alcoolismo é muito grande (Diurana *et al.*, 2008; Jaskowiak & Fontana, 2015; Lourenço, 2010). Os profissionais usam drogas lícitas e ilícitas e tornam-se mais agressivos com o passar dos anos (Jaskowiak & Fontana, 2015).

**Quadro 5:** Pesquisas qualitativas – Percepções e propostas

<b>Identificação</b>	<b>Percepções</b>	<b>Propostas</b>
Diurana <i>et al.</i> (2008)	<i>“Existe um índice muito grande de alcoolismo. O serviço não é agradável, a tensão é muito grande Alguns saem daqui e conseguem se desligar Quem faz bico, não pode estar alcoolizado, então fica mais sóbrio por algum tempo”</i>	Não descreve
Jaskowiak & Fontana (2015)	<i>“...muito acontece é o alcoolismo Risco da saúde mental - bebida, usam drogas lícitas e ilícitas também, tornam-se mais agressivos”.</i>	Indica a necessidade de sensibilizar os gestores para dar mais atenção às necessidades dos agentes prisionais, especialmente suporte psicológico. Enfermagem por

		meio da educação em saúde. Transdisciplinaridade podem transformar positivamente a vida dos agentes prisionais
Lourenço (2010)	<i>“...no happy hour. “Nesses locais, alguns funcionários ingerem bebidas alcoólicas ou fumam cigarros exagerada e compulsivamente.”</i> Uso compulsivo e persistente do tabaco e de bebidas alcoólicas, os afastamentos prolongados ou definitivos do trabalho decorrentes de doenças crônicas e/ou transtornos mentais graves”.	Aponta que mudanças sociais são necessárias e passam por políticas públicas penais e penitenciárias de melhor qualidade, como: prisões menores e mais equipadas que permitam a ressocialização do preso; diminuição da superlotação; melhora dos ambientes institucionais insalubres; por redução de jornada de trabalho dos agentes de segurança penal.
Moraes (2013)	<i>“...algumas pessoas viraram alcoólatras em decorrência de trabalhar na cadeia medo / /rebeliões e tudo”.</i>	Não descreve.
Nascimento et al. (2019)	<i>“...a maioria, usam substâncias psicoativas, exclusivamente álcool e tabaco, com baixo consumo. o consumo de álcool pode ser um meio de enfrentamento encontrado pelos trabalhadores para suplantar as adversidades e fontes de mal-estar relacionadas ao trabalho.”</i> O consumo de álcool no local de trabalho, estigmas e o medo desses trabalhadores em perderem o emprego são algumas das questões que os fazem esconderem o consumo, bem como, muitas vezes, intensificar o uso/abuso.	Aponta que novos estudos devam ser realizados sobre os ambientes prisionais, em especial sobre a vulnerabilidade dos profissionais que atuam nesse sistema, risco para adoecer e possibilidades de intervenção.

Fonte: Elaborado pela autora.

O consumo de álcool pode ser um meio de enfrentamento encontrado pelos trabalhadores para suplantar as adversidades e fontes de mal-estar relacionadas ao trabalho. O consumo de álcool no local de trabalho, estigmas e o medo desses trabalhadores em perderem o emprego são algumas das questões que os fazem

esconderem o consumo, bem como, muitas vezes, intensificar o uso/abuso (Nascimento *et al.*, 2019).

### 6.3 Propostas de atuação

As pesquisas selecionadas enfatizam a necessidade de apoio à saúde mental entre os agentes penitenciários. Entre as propostas apresentadas nos textos está a elaboração de uma ação nacional que enfatize a pesquisa, incluindo um estudo epidemiológico completo, para apoiar a saúde mental dos profissionais do sistema penal canadense (Carleton *et al.*, 2018b). E investimento em ações que transformem os processos de trabalhos e saúde mental (Lima *et al.*, 2019) (Quadro 10).

**Quadro 6:** Pesquisas quantitativas – propostas

<b>Identificação</b>	<b>Propostas</b>
Campelo <i>et al.</i> (2021)	Propõe melhorias no processo de trabalho, na segurança dos policiais penais e ampliações na assistência à saúde física e mental.
Campos <i>et al.</i> (2016)	Descreve ser necessário criar estratégias de prevenção para diminuir a Síndrome de Burnout e o consumo de bebidas alcoólicas e ações preventivas/corretivas para preservar a saúde da população; além do envolvimento de gestores, profissionais de saúde, principalmente psicólogos.
Campos, Abreu, Silva (2022)	Cita a necessidade de atenção por parte do governo (com aumento de efetivo e valorização do servidor), da penitenciária (mais diálogo e equidade nas decisões, além da promoção da semana da saúde do Policial Penal com maior atenção para apoio psicológico), e também por parte dos próprios policiais penais (necessidade de união e maior companheirismo do grupo).
Carleton <i>et al.</i> (2018)	Identifica a necessidade de tratamento precoce para dor e transtorno mental.
Carleton <i>et al.</i> (2018a)	Necessidade de pesquisas longitudinais que avaliem interações potenciais complexas.
Carleton <i>et al.</i> (2018b)	Destaca a importância de dar apoio à saúde mental entre os agentes penitenciários. Necessidade de pesquisa, incluindo um estudo epidemiológico completo, para apoiar a saúde mental dos profissionais do sistema penal canadense.
Dimenstein <i>et al.</i> (2017)	Informa a importância de estabelecer intervenções que estimulem os policiais penais a aceitarem vínculo e cuidado. Necessário fomentar um diálogo entre os serviços sanitários, a comunidade e o espaço de

	trabalho, fortalecendo alianças para um cuidado efetivo junto aos trabalhadores.
Fernandes <i>et al.</i> (2002)	Destaca a contribuição para geração de hipóteses para futuros trabalhos
Ferreira <i>et al.</i> (2017)	Mostra a necessidade de incorporar ações e medidas intersetoriais, desenvolvidas dentro e fora das unidades prisionais, “numa perspectiva de enfrentamento das desigualdades sociais que se reproduzem no interior das unidades prisionais brasileiras.”
Ferreira, Menezes, Dias (2012)	Sugere a realização de estudo experimental a partir deste estudo descritivo para investigar a evolução das variáveis psicológicas e fisiológicas de agentes sedentários que passaram a realizar exercícios físicos com melhoria no bem estar geral.
Holden <i>et al.</i> (1995)	Sem propostas.
Jetté & Sidney (1991)	Autores destacam a importância de programas de atividades físicas e aconselhamento e seus benefícios potenciais que podem favorecer a melhor capacidade e produtividade dos agentes penitenciários.
Lavigne & Bourbonnais (2007)	Análises sobre o efeito intermediário da violência interpessoal entre fatores de risco psicossociais no trabalho e desfechos de saúde
Lima <i>et al.</i> (2019)	Indica a importância de investimento em ações que transformem os processos de trabalho e saúde mental.
Pauli <i>et al.</i> (2022)	Importância da realização de novos estudos formuladores de políticas e contratação profissionais responsáveis pelo bem-estar físico e mental dos agentes penitenciários
Reichert <i>et al.</i> (2007)	Necessidade elaboração de políticas de promoção da saúde entre agentes penitenciários e estimular a realização de outras pesquisas no crescente âmbito do sistema prisional brasileiro
Shepherd <i>et al.</i> (2019)	Necessidade de esforços de intervenção no local de trabalho destinados a diminuir o consumo de álcool. Contratar mais policiais penais para diminuir os transtornos com questões de falta de pessoal, além de permitir que os policiais penais tenham tempo suficiente longe do trabalho entre os turnos de trabalho. Os indivíduos devem fazer atividades de lazer agradáveis fora do trabalho.

Svenson <i>et al.</i> (1995)	Mais pesquisas para confirmar o uso de drogas acima da média canadense.
Useche <i>et al.</i> (2019)	Necessidade de fortalecer os programas ocupacionais voltados para redução das condições de trabalho perigosas, prevenir situações potencialmente estressantes para os agentes penitenciários, como

	longas jornadas de trabalho, as exigências excessivas e até mesmo a possibilidade de sofrimento, agressões ou violência durante o trabalho. Fortalecer programas de intervenção sobre fatores psicossociais no trabalho. Fortalecimento da atividade física poderia ter uma utilidade adicional (mais), ou seja, contribuindo na diminuição do Burnout dos trabalhadores.
Webster <i>et al.</i> (1983)	Sem propostas.

Fonte: Elaborado pela autora.

A identificação da precariedade do trabalho do agente penitenciário, a importância da realização de novos estudos formuladores de políticas e mais profissionais responsáveis pelo bem-estar físico e mental dos agentes penitenciários foram algumas das propostas apresentadas (Pauli *et al.*, 2022). A mesma ideia de elaboração de políticas de promoção da saúde entre agentes penitenciários e estímulo à realização de outras pesquisas no sistema prisional brasileiro aparecem em Reichert *et al.* (2007).

Outros autores destacam a necessidade diminuir a sobrecarga de trabalho com esforços de intervenção no local de trabalho e criar oportunidades para que os funcionários se recuperem de suas demandas de trabalho, inclusive com contratação de mais funcionários para diminuir a falta de pessoal e permitir que os funcionários tenham tempo suficiente longe do trabalho entre os turnos de trabalho (Shepherd *et al.*, 2019).

Nesse sentido, Jaskowiak & Fontana (2015) reforçam a importância de sensibilizar os gestores para dar mais atenção às necessidades dos agentes prisionais, especialmente suporte psicológico. E sinaliza que a enfermagem por meio da educação em saúde e a transdisciplinaridade pode transformar positivamente a vida dos agentes prisionais.

Ainda pensando na ação dos gestores, Lourenço (2010) enfatiza a importância de melhoras nas políticas públicas penais e penitenciárias com: prisões menores e mais equipadas que permitam a ressocialização do preso; diminuição da superlotação; melhora dos ambientes institucionais insalubres; redução de jornada de trabalho dos agentes de segurança penal.

Em síntese, entre as propostas de ação nove artigos apontam para necessidade de assistência à saúde física e mental e/ou diagnósticos precoces de transtornos mentais

incluindo o abuso de álcool ou drogas (Campelo *et al.*, 2021; Campos *et al.*, 2016; Campos, Abreu, Silva, 2022; Carleton *et al.*, 2018; Carleton *et al.*, 2018b; Dimenstein *et al.*, 2017; Reichert *et al.*, 2007; Shepherd *et al.*, 2019; Useche *et al.*, 2019; Jaskowiak & Fontana, 2015). E oito trabalhos indicam a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema o uso de álcool e drogas entre policiais penais, incluindo estudos epidemiológicos e que relacionem variáveis comportamentais (Carleton *et al.*, 2018<sup>a</sup>; Carleton *et al.*, 2018b; Fernandes *et al.*, 2002; Ferreira, Menezes, Dias, 2012; Lavigne & Bourbonnais, 2007; Pauli *et al.*, 2022; Nascimento *et al.*, 2019; Reichert *et al.*, 2007). Já outras cinco pesquisas apontam para a necessidade de melhora das condições de trabalho dos policiais penais (Lourenço, 2010; Useche *et al.*, 2019; Shepherd *et al.*, 2019; Campos *et al.*, 2016; Campos, Abreu, Silva, 2022).

## 7 – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os policiais penais têm um trabalho de risco e estressante e os casos de uso abusivo de álcool ou drogas aparece preocupantemente nesta revisão de escopo. As pesquisas aqui analisadas indicam que os riscos de abuso de álcool e drogas por policiais penais aumentam com a idade, os anos de trabalho, a carga horária extenuante e o acúmulo de vínculos de trabalho ou empregos.

As sugestões fornecidas pelos pesquisadores apontam para a necessidade de valorização dos profissionais (com melhorias de salário, de ambiente e melhor interlocução com superiores), bem sugerem disponibilização de suporte psicológico e tratamento adequado e implantação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde.

O crescente aumento da população carcerária mundial implicará num aumento significativo do número de profissionais trabalhando nas instituições penais. Esses policiais penais estão sujeitos ao abuso de álcool e drogas em níveis superiores à média da população em geral. É fundamental, portanto, identificar o adoecimento do trabalhador, reconhecer o uso e abuso de álcool e drogas; e fornecer suporte para que esses profissionais expressem seus problemas e recebam o devido acolhimento para tratamento e acompanhamento. É importante promover programas ocupacionais voltados para policiais penais, a fim de prevenir situações potencialmente estressantes e abrir canais de comunicação que permitam a identificação e o acolhimento de distúrbios mentais pelos serviços de saúde do trabalho.

Os gestores dos sistemas penais de cada país devem estar atentos às condições de vida e saúde mental de seus profissionais. O trabalho não deve ser uma fonte de sofrimento, doenças ocupacionais e insegurança. Superar os estigmas relacionados ao trabalho em prisões, assim como os preconceitos relacionados ao uso de álcool e drogas deve ser a prioridade entre gestores.

Esta revisão de escopo aponta para a necessidade de pesquisas profundas para identificar e entender o que está relacionado com o uso de álcool e de drogas por policiais penais. Ela sinaliza para a importância de programas de prevenção para o uso nocivo de álcool e drogas e cobra dos gestores a melhora das condições de trabalho e a implantação e ampliação de programas de promoção à saúde para Policiais Penais.

## 8 – REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. População negra encarcerada atinge maior patamar da série histórica. Agência Brasil, [S.l.], 20 jul. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/populacao-negra-encarcerada-atinge-maior-patamar-da-serie-historica>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ALBUQUERQUE, D. R.; ARAÚJO, M. R. M. Precarização do trabalho e prevalência de transtornos mentais em agentes penitenciários do Estado de Sergipe. *Revista de Psicologia da Saúde*, v. 10, n. 1, p. 19–30, 2018.

AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (Eds.). *JBI Manual for Evidence Synthesis*. JBI, 2020. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global>. DOI: <https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-01>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BACK, C. M. Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 15, n. 1, p. 208–225, 2021.

BARBOSA, A. R. "Grade de ferro? Corrente de ouro!": circulação e relações no meio prisional. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 107–129, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000100006>.

BARROS, I. M. S. M.; MARIN, M. A. L. O agente penitenciário e os direitos fundamentais nas unidades prisionais. Assis: Fundação Educacional do Município de Assis, 2020. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqPics/1911402137P940.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BASTOS, F. I. P. M.; VASCONCELLOS, M. T. L.; BONI, R. B.; REIS, N. B. C.; COUTINHO, C. F. S. *III Levantamento Nacional Brasileiro sobre o uso de drogas pela população brasileira*. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>.

BEZERRA, C. de M.; ASSIS, S. G. de; CONSTANTINO, P.; PIRES, T. O. Fatores associados ao sofrimento psíquico de agentes penitenciários do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 46, e17, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Emenda Constitucional nº 104, de 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc104.htm). Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: [http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/02\\_0388\\_M1.pdf](http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/02_0388_M1.pdf). Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Impacto da*

*violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 1.999, de 27 de novembro de 2023. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017 para atualizar a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 226, 29 nov. 2023.

BRASIL. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2001.

BRAVO, D. S. et al. Condições de trabalho e transtornos mentais comuns em agentes penitenciários do interior do estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 12, p. 4559–4567, dez. 2022.

CAMPELO, A. M. et al. Condições de saúde do agente de segurança penitenciária relacionadas às atividades laborais. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1148–1153, 2021. DOI: 10.9789/2175-5361.rpcf.v13.8616. Disponível em: <http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/8616>. Acesso em: 26 abr. 2023.

CAMPOS, J. A. D. B. et al. Burnout syndrome and alcohol consumption in prison employees. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 19, n. 1, p. 205–216, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/wsvQsDCTYrROZ6vHd5CGJcg/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

CARLETON, R. N. et al. Anxiety-related psychopathology and chronic pain comorbidity among public safety personnel. *Journal of Anxiety Disorders*, v. 55, p. 48–55, abr. 2018. DOI: 10.1016/j.janxdis.2018.03.006.

CARLETON, R. N. et al. Mental disorder symptoms among public safety personnel in Canada. *Canadian Journal of Psychiatry*, v. 63, n. 1, p. 54–64, jan. 2018. DOI: 10.1177/0706743717723825. Epub 2017 Aug 28. PMID: 28845686; PMCID: PMC5788123.

CARLETON, R. N. et al. Provincial correctional service workers: the prevalence of mental disorders. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 7, p. 2203, mar. 2020. DOI: 10.3390/ijerph17072203. PMID: 32218316; PMCID: PMC7177517.

CASTELLS, M. A.; FURLANETTO, L. M. Validity of the CAGE questionnaire for screening alcohol-dependent inpatients on hospital wards. *Braz J Psychiatry*, v. 27, n. 1, p. 54–57, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462005000100012>.

CERQUEIRA, D. et al. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; FBSP, 2021.

CISA - CENTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE E ÁLCOOL. *Panorama Álcool e Saúde 2023* [PDF]. Disponível em:

[https://cisa.org.br/images/upload/Panorama\\_Alcool\\_Saude\\_CISA2023.pdf](https://cisa.org.br/images/upload/Panorama_Alcool_Saude_CISA2023.pdf). Acesso em: 15 ago. 2023.

CORDEIRO, L.; SOARES, C. B. Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa. *BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)*, v. 20, n. 2, p. 37–43, 2019. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/10/1021863/bis-v20n2-sintese-de-evidencias-qualitativas-37-43.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

CORRÊA, J. S.; LOPES, L. F. D.; DE ALMEIDA, D. M.; CAMARGO, M. E. Escala de desafios dos profissionais de segurança pública: construção e validação. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 19, n. 1, p. 32–55, 2025.

COSTA, S. H. et al. Prevalência do uso de drogas psicotrópicas em unidades da polícia militar. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1843–1849, 2015.

DEJOURS, C. A carga psíquica do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. (Orgs.). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011.

DEPEN (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL). Nota Técnica n.º 15/2019/AAE/GAB-DEPEN/DEPEN/MJ. Disponível em: [https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/depen-publica-nota-tecnica-com-orientacoes-para-populacao-lgbti-encarcerada-1/SEI\\_MJ10212844NotaTcnica\\_Escalas.pdf](https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/depen-publica-nota-tecnica-com-orientacoes-para-populacao-lgbti-encarcerada-1/SEI_MJ10212844NotaTcnica_Escalas.pdf). Acesso em: 12 abr. 2023.

DEPEN (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL). *Levantamento nacional de informações penitenciárias: Infopen*. Brasília: Depen/MJSP, 2020. Disponível em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>. Acesso em: 12 abr. 2023.

DEZAN, M. M.; COSTA, R. A. da; MENDES, S. O. Impactos psicológicos e o desgaste da saúde mental dos policiais penais. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 12, p. 3575–3578, 2024.

DIAS, C. C. N. et al. O encarceramento em massa como política de segurança. *Teoria & Debate*, p. 1–15, 2015.

DIAS, E. C. et al. (Org.). *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Ministério da Saúde: Brasília, DF, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/YfMz55kDCyzXjny74jw6DbN/?format=pdf&lang=pt>.

DIMENSTEIN, M. et al. Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional. *Revista de Psicologia, Organizações e Trabalho*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 62–70, mar. 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572017000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572017000100008&lng=pt&nrm=iso). DOI: 10.17652/rpot/2017.1.12705. Acesso em: 26 abr. 2023.

DIUANA, V. et al. Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de

segurança penitenciária no Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, n. 8, p. 1887–1896, ago. 2008.

FELIX JUNIOR, I. J.; SCHLINDWEIN, V. L. D. C.; CALHEIROS, P. R. V. A relação entre o uso de drogas e o trabalho: uma revisão de literatura. *PSI. Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 16, n. 1, p. 104–122, jul. 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812016000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000100007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 ago. 2023.

FERNANDES, R. de C. P. et al. Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 18, n. 3, p. 807–816, maio 2002.

FERREIRA, M. J. M. et al. Prevalência e fatores associados à violência no ambiente de trabalho em agentes de segurança penitenciária do sexo feminino no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 9, p. 2989–3002, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.11092017>. Acesso em: 26 abr. 2023.

FERREIRA, R. E. B.; MENEZES, L. C.; DIAS, J. C. Relação da prevalência de atividade física com variáveis psicológicas e componentes da síndrome metabólica em agentes penitenciários de Belo Horizonte-MG. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 17, n. 1, p. 57–63, 2012. DOI: 10.12820/rbafs.v.17n1p57-63. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/529>. Acesso em: 26 abr. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022: as 820 mil vidas sob a tutela do Estado*. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/20-anuario-2022-as-820-mil-vidas-sob-a-tutela-do-estado.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. *A sociedade punitiva – Curso no Collège de France (1972-1973)*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

FREITAS, R. A. et al. Comparação e análise do uso de revisão sistemática e revisão de escopo na área do cuidado ao paciente na Farmácia. *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, v. 39, n. 4, p. 647–654, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/54832/2/Comparação%20e%20análise%20do%20uso%20de%20revisão%20sistemática%20e%20revisão%20de%20escopo%20na%20área%20do%20cuidado%20ao%20paciente%20na%20Farmácia.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

FROST, N. A.; MONTEIRO, C. E. The interaction of personal and occupational factors in the suicide deaths of correction officers. *Justice Quarterly*, v. 37, n. 7, p. 1277–1302, 2020.

GENEST, C.; RICCIARDELLI, R.; CARLETON, R. N. Correctional work: reflections regarding suicide. *International Journal of Environmental Research and Public Health*,

v. 18, n. 8, p. 1–10, 2021.

GODOI, R. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 46, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/8777>. Acesso em: 29 ago. 2023.

GODOI, R. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. DOI: 10.11606/T.8.2015.tde-05082015-161338. Acesso em: 29 ago. 2023.

GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

GONÇALVES, D. M.; STEIN, A. T.; KAPCZINSKI, F. Avaliação de desempenho do Self-Reporting Questionnaire como instrumento de rastreamento psiquiátrico: um estudo comparativo com o Structured Clinical Interview for DSM-IV-TR. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, n. 2, p. 380–390, fev. 2008.

HENRIQUE, I. F. S. et al. Validação da versão brasileira do teste de triagem do envolvimento com álcool, cigarro e outras substâncias (ASSIST). *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 50, n. 2, p. 199–206, abr. 2004.

HOLDEN, R. W.; SVENSON, L. W.; JARVIS, G. K.; CAMPBELL, R. L.; LAGACE, D. R.; BACKS, B. J. A survey of drinking behaviors of Canadian correctional officers. *Psychological Reports*, v. 76, n. 2, p. 651–655, 1995.

JASKOWIAK, C. R.; FONTANA, R. T. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 68, n. 2, p. 235–243, mar. 2015.

JESUS, S. R.; FELIPPE, A. M.; SILVA, Y. V. Vulnerabilidade ao estresse entre agentes de segurança penitenciários. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, n. spe2, e197193, 2021.

JETTÉ, M.; SIDNEY, K. The benefits and challenges of a fitness and lifestyle enhancement program for correctional officers. *Canadian Journal of Public Health*, v. 82, n. 1, p. 46–51, 1991.

JUMBO, C. D. P. Entenda o que é penitenciária e centro de detenção provisória. Jumbo CDP, 2023. Disponível em: <https://www.jumbocdp.com.br/blog/entenda-o-que-e-penitenciaria-e-centro-de-detencao-provisoria/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

LAVIGNE, E.; BOURBONNAIS, R. Psychosocial work environment, interpersonal violence at work and psychotropic drug use among correctional officers. *International Journal of Law and Psychiatry*, v. 33, n. 2, p. 122–129, mar.-abr. 2010. DOI: 10.1016/j.ijlp.2009.12.005. Epub 2009 Dec 30. PMID: 20042239.

- LIMA, A. I. O.; DIMENSTEIN, M.; FIGUEIRÓ, R.; LEITE, J.; DANTAS, C. Prevalência de transtornos mentais comuns e uso de álcool e drogas entre agentes penitenciários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, e3555, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3555>. Acesso em: 26 abr. 2023.
- LOURENÇO, A. S. *O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2010.
- MASSOLA, G. M. A subcultura prisional e os limites da ação da APAC sobre as políticas penais públicas: um estudo na Cadeia Pública de Bragança Paulista. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2005. DOI: 10.11606/T.47.2005.tde-08112013-105555. Acesso em: 14 ago. 2023.
- MELNYK, B. M.; FINEOUT-OVERHOLT, E. Making the case for evidence-based practice. In: MELNYK, B. M.; FINEOUT-OVERHOLT, E. *Evidence-based practice in nursing & healthcare: a guide to best practice*. pp. 3–24. Lippincott Williams & Wilkins, 2011.
- MISTRY, E. "Correctional Officers 'Through the Looking Glass': Understanding Perceptions and their Impact on Personal and Professional Identity". Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Wilfrid Laurier University, Waterloo, 2017. Disponível em: <https://scholars.wlu.ca/etd/1997>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G.; PRISMA GROUP. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *PLoS Med.*, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009.
- MORAES, P. R. B. de. A identidade e o papel de agentes penitenciários. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 131–147, jun. 2013.
- NASCIMENTO, F. E. M. De carcereiro a policial penal: entre nomenclaturas, imagem social e atribuições. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 15, n. 3, p. 883–910, set.-dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15n3.46146>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- NASCIMENTO, V. F. et al. Acesso a informações sobre substâncias psicoativas e o consumo por agentes prisionais. *Enfermería Actual de Costa Rica*, n. 36, p. 1–18, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15517/revenf.v0i36.34918>. Acesso em: 26 abr. 2023.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. Problemas ligados ao álcool e a drogas no local de trabalho: uma evolução para a prevenção. Genebra: OIT, 2008. Disponível em: <http://www.ilo.org/publns>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- OUZZANI, M.; HAMMADY, H.; FEDOROWICZ, Z. et al. Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. *Systematic Reviews*, v. 5, 210, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>.
- PAPARELLI, R.; SATO, L.; OLIVEIRA, F. de. A saúde mental relacionada ao trabalho

e os desafios aos profissionais da saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 36, n. 123, p. 118–127, jan. 2011.

PAULI, F. B. et al. Working conditions and health of prison officers in Paraná (Brazil). *Revista Española de Sanidad Penitenciaria*, v. 24, n. 3, p. 79–86, dez. 2022. Disponível em: [http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1575-06202022000300002&lng=es&nrm=iso](http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1575-06202022000300002&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 26 abr. 2023.

PEREIRA, M. G.; GALVÃO, T. F. Etapas de busca e seleção de artigos em revisões sistemáticas da literatura. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v. 23, n. 2, p. 369–371, 2014. Disponível em: [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742014000200019&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000200019&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 03 abr. 2023.

PETERS, M. D. J.; GODFREY, C. M.; MCINERNEY, P.; SOARES, C. B.; KHALIL, H.; PARKER, D. The Joanna Briggs Institute reviewers' manual 2015: methodology for JBI scoping reviews. Adelaide: The Joanna Briggs Institute, 2015. Disponível em: [http://joannabriggs.org/assets/docs/sumari/Reviewers-Manual\\_Methodology-for-JBI-Scoping-Reviews\\_2015\\_v2.pdf](http://joannabriggs.org/assets/docs/sumari/Reviewers-Manual_Methodology-for-JBI-Scoping-Reviews_2015_v2.pdf). Acesso em: 03 abr. 2023.

REICHERT, F. F. et al. Atividade física e outros aspectos relacionados à saúde de agentes penitenciários de Londrina – PR. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 12, n. 3, p. 4–11, 2012. DOI: 10.12820/rbafs.v.12n3p4-11. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/808>. Acesso em: 26 abr. 2023.

RIBEIRO, L. M. L. et al. Agentes penitenciários aprisionados em suas redes? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 101, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3410115/2019>. Acesso em: 04 abr. 2023.

RICCIARDELLI, R.; TAILLIEU, T. L.; MCELHERAN, M.; CRAMM, H.; AJITH, H.; JOHNSTON, M. S.; CARLETON, R. N. Sleep quality and mental disorder symptoms among correctional workers in Ontario, Canada. *Scientific Reports*, v. 14, 14963, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-024-65891-8>.

RICCIARDELLI, R.; TAILLIEU, T. L.; COULLING, R.; JOHNSTON, M. S.; CARLETON, R. N.; AFIFI, T. Provincial correctional workers: examining the relationships between alcohol use, mental health disorders, and suicide behaviour. *Canadian Psychology / Psychologie canadienne*, v. 65, n. 3, p. 201–209, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/cap0000374>.

ROCHA, A. P. da. O estado e o direito de punir: a superlotação no sistema penitenciário brasileiro: o caso do Distrito Federal. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, 2006.

SANTOS, S. M. dos. A influência do ambiente prisional na saúde mental dos policiais penais: estudo de caso do Complexo Penitenciário de Santa Isabel. *RBEP SENAPPEN*, v. 6, n. 1, p. 123–148, 2025.

SENAPPEN. Relatório Penitenciário: Relipen - 1º semestre de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semester-de-2023.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SHEPHERD, B. R. et al. Emotional demands and alcohol use in corrections: A moderated mediation model. *Journal of Occupational Health Psychology*, v. 24, n. 4, p. 438–449, ago. 2019. DOI: 10.1037/ocp0000114.

SILVA, M. S. Do corpo disciplinar ao corpo real: o trabalho dos agentes de segurança penitenciária. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

SILVA, R. X. Assédio moral: caracterização e incidência no sistema penitenciário de Minas Gerais. Belo Horizonte: RTM, 2023. 122 p.

SILVESTRE, G.; MELO, F. A. L. de. Encarceramento em massa e a tragédia prisional brasileira. *IBCRIM Boletim*, n. 293, abr. 2017.

SOUZA, E. R. de; SCHENKER, M.; CONSTANTINO, P.; CORREIA, B. S. C. Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro. *Ciênc Saúde Coletiva*, v. 18, n. 3, p. 667–676, mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300012>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SUXBERGER, A. H. G. Quantos presos provisórios? A relação entre prisão processual e congestionamento judiciário. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 22, n. 2, 2021. DOI: 10.12957/redp.2021.54128. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/redp/article/view/54128>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SYGIT-KOWALKOWSKA, E.; ORLAK, K.; STOLARSKI, M. Work for the prison service: selected health consequences—investigating the role of personal resources, job demands, work stress, and burnout. *International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health*, v. 36, n. 6, p. 744–760, 2023.

SVENSON, L. W.; JARVIS, G. K.; CAMPBELL, R. L.; HOLDEN, R. W.; BACKS, B. J.; LAGACE, D. R. Past and current drug use among Canadian correctional officers. *Psychological Reports*, v. 76, n. 3 Pt 1, p. 977–978, 1995.

TORQUATO, C. T.; BARBOSA, L. V. C. O sistema penitenciário brasileiro e o quantitativo de servidores em atividade nos serviços penais: avanços e desafios. In: *Dossiê: organizações Criminosas, Crime, Fronteira e Justiça. Revista Brasileira de Execução Penal / Departamento Penitenciário Nacional*, ano 1, n. 2, jul./dez. 2020. Brasília: DEPEN/MJSP, 2020.

TRICCO, A. C. et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Annals of Internal Medicine*, v. 169, p. 467–473, 2018.

TRICCO, A. C. et al. A scoping review on the conduct and reporting of scoping reviews. *BMC Med Res Methodol*, v. 16, n. 15, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12874-016-0116-4>. Acesso em: [data de acesso].

VELASCO, C.; CAESAR, G. Brasil tem média de 7 presos por agente penitenciário; 19 estados descumprem limite recomendado. *GI*, 2021. Disponível em: [https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/brasil-tem-media-de-7-presos-por-agente-penitenciario-19-estados-descumprem-limite-recomendado.ghtml?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=g1](https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/brasil-tem-media-de-7-presos-por-agente-penitenciario-19-estados-descumprem-limite-recomendado.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=g1). Acesso em: 12 abr. 2023.

UNIFESP. Guia Orientativo para Elaboração de Revisão de Escopo em Tecnologia em Saúde para o Mestrado Profissional. 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/69254/Guia%20Orientativo%20para%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20Revis%C3%A3o%20de%20Escopo%20em%20Tecnologia%20em%20Sa%C3%BAde%20para%20o%20Mestrado%20Profissional.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2023.

USECHE, S. A. et al. Workplace burnout and health issues among Colombian correctional officers. *PLoS ONE*, v. 14, n. 2, e0211447, 2019. DOI: 10.1371/journal.pone.0211447.

WACQUANT, L. As prisões da miséria. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WACQUANT, L. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. [A onda punitiva]. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WEBSTER, I. W. et al. Reported health, lifestyle and occupational stress in prison officers. *Community Health Studies*, v. 7, p. 266–277, 1983. DOI: 10.1111/j.1753-6405.1983.tb00058.x.

WEIR, H.; STEWART, D. M.; MORRIS, R. G. Problematic alcohol consumption by police officers and other protective service employees: a comparative analysis. *Journal of Criminal Justice*, v. 40, n. 3, p. 228–233, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2012.02.007>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Drugs (psychoactive). World Health Organization, 2021. Disponível em: [https://www.who.int/health-topics/drugs-psychoactive#tab=tab\\_3](https://www.who.int/health-topics/drugs-psychoactive#tab=tab_3). Acesso em: 12 abr. 2023.

WORLD PRISON BRIEF. Brasil resumo da prisão mundial. 2019. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/country/brazil>. Acesso em: 12 abr. 2023.

## 9– APÊNDICES

**9.1 APÊNDICE I** – Resumo expandido inscrito para o 9º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da Abrasco.

### **USO DE ÁLCOOL E DROGAS POR POLICIAIS PENAIIS: UMA REVISÃO DE ESCOPO**

Luana Aparecida Moreira, discente do Mestrado de Promoção à Saúde e Prevenção da Violência, Universidade Federal de Minas Gerais (PSPV/UFMG)

Adalgisa Peixoto Ribeiro professora adjunta da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (FM/UFMG)

Andréa Maria Silveira professora adjunta da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (FM/UFMG)

Graziella Lage Oliveira, professora adjunta da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (FM/UFMG)

**Introdução:** Trabalhadores da segurança pública, como os Policiais Penais, estão sujeitos a altas cargas de estresse, violência e transtornos mentais e do comportamento. O uso e abuso de álcool e drogas tem sido objeto de interesse de pesquisadores, bem como a relação do abuso dessas substâncias com o estresse no trabalho. Entretanto, este parece ser um tema tabu nas forças de segurança, em especial na Polícia Penal, pois existem poucas publicações sobre o tema. Neste sentido, esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender os impactos do uso dessas substâncias nas atividades de execução penal e na integridade física e mental dos policiais penais.

**Objetivo:** Mapear as produções científicas sobre o uso de álcool e drogas por Policiais Penais e identificar as evidências já produzidas e as lacunas do conhecimento existentes.

**Métodos:** Foi utilizada a metodologia do Instituto Joanna Briggs (JBI) e as recomendações do guia internacional Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR). As bases pesquisadas foram: PubMed; Medline; Lilacs; SciELO; Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Web of Science, Scopus e literatura “cinzenta”. Utilizou-se estratégias de busca adaptadas para cada base de dados com Descritores em Ciências da Saúde DeCS/MeSH de modo a captar o maior número de textos sobre o tema. Foram selecionados textos em língua portuguesa, inglesa e espanhola, de acesso aberto, que abordassem agentes penitenciários, uso de álcool e drogas e pesquisas mundiais sobre o tema. Utilizou-se o software Rayyan para gerenciar as referências e um instrumento de extração de dados para posterior análise.

**Resultados:** Foram identificados 782 textos, dos quais 229 foram excluídos por serem repetidos. Dos 553 documentos restantes, 480 foram excluídos por abordar outro grupo populacional ou não abordar o uso de álcool e drogas entre Policiais Penais, não satisfazendo a estratégia de pesquisa aplicada. Após essas exclusões, 73 artigos seguiram para leitura dos resumos, culminando com a exclusão de mais 51 textos. No total, 32 trabalhos foram selecionados para leitura completa, dos quais, 9 foram excluídos por serem de acesso restrito. A seleção final contou com 22 artigos, sendo 17 estudos quantitativos e cinco qualitativos. Os artigos foram distribuídos ao longo de 40 anos, mas há predominância de artigos nos últimos cinco anos. Este resultado pode refletir uma realidade mundial de encarceramento em massa que gera maior necessidade de profissionais de segurança penitenciária e, por consequência, surgem ou tornam-se mais visíveis os problemas de saúde mental relacionados a esses trabalhadores, estimulando pesquisas sobre o tema. Os artigos selecionados associam o uso de álcool e o tabagismo, a relação entre o consumo de álcool e a ausência de atividade física regular e apontam para uma relação entre Burnout e maiores níveis de consumo de álcool. O acervo analisado indica a necessidade de garantir assistência à saúde física e mental dos Policiais Penais; bem como diagnóstico precoce de transtornos mentais, incluindo o abuso de álcool ou drogas e a importância de mais pesquisas sobre o tema nesse grupo, incluindo estudos epidemiológicos que relacionem variáveis comportamentais. Os pesquisadores também alertam para a necessidade de melhora das condições de trabalho dos Policiais Penais. Entre os fatores de risco, foram elencados: o avanço da idade, tempo de trabalho, carga horária desgastante e acúmulo de cargos. Os Policiais Penais consideram seu trabalho como de risco e estressante e muitos percebem os casos de abuso de álcool ou drogas por colegas de trabalho.

**Conclusão:** O crescente aumento da população carcerária mundial implicará num aumento significativo do número de profissionais trabalhando nas instituições penais. Esses Policiais Penais estão sujeitos ao abuso de álcool e drogas em níveis superiores à média da população geral. É fundamental, portanto, identificar o adoecimento do trabalhador, reconhecer o uso e abuso de álcool e drogas e fornecer suporte para que esses profissionais expressem seus problemas e recebam o devido tratamento e acompanhamento. É importante promover programas ocupacionais, a fim de prevenir situações potencialmente estressantes e abrir canais de comunicação que permitam a identificação e o acolhimento de distúrbios mentais pelos serviços de saúde do trabalhador. Gestores dos sistemas penais devem estar atentos às condições de vida e saúde mental de seus profissionais, cuidando para que o trabalho não seja uma fonte geradora de sofrimento, doenças ocupacionais e insegurança. Superar os estigmas relacionados ao trabalho em prisões, assim como os preconceitos relacionados ao uso de álcool e drogas deve ser a prioridade. Esta revisão aponta para a necessidade de mais pesquisas para identificar e compreender os aspectos do trabalho relacionados com o uso de álcool e de drogas por Policiais Penais.

**9.2 APÊNDICE II** – Artigo enviado para submissão em periódico. Reescrito e atualizado em 2025.

### **Consumo abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas como sinal de alerta entre Policiais Penais: revisão de escopo**

Luana Aparecida Moreira – Mestre pelo programa de Promoção à Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Adalgisa Peixoto Ribeiro - Professora adjunta do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, da UFMG.

Andréa Maria Silveira - Professora associada do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, da UFMG.

Graziella Lage Oliveira - Professora adjunta do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, da UFMG.

#### **Resumo:**

O objetivo deste estudo foi mapear as evidências científicas sobre o consumo de álcool e outras substâncias psicoativas entre Policiais Penais. Realizou-se uma revisão de escopo baseada na metodologia do Joanna Briggs Institute (JBI), com buscas em sete bases de dados e na literatura cinzenta. Os estudos selecionados evidenciam elevada prevalência de consumo de álcool, tabaco e outras drogas nessa população, frequentemente associada ao estresse ocupacional, à ausência de atividade física regular e à síndrome de burnout. Fatores como idade mais avançada, maior tempo de serviço e jornadas prolongadas estiveram relacionados ao aumento do risco de uso nocivo de substâncias. Os achados também ressaltam a carência de programas estruturados de prevenção e de suporte à saúde física e mental desses profissionais, além da necessidade de ampliar a produção científica sobre o tema. Os resultados indicam que os Policiais Penais constituem um grupo particularmente vulnerável ao consumo abusivo de

substâncias, reforçando a importância de políticas públicas e estratégias institucionais voltadas à promoção da saúde mental e à prevenção de agravos.

**Palavras-chave:** Policiais Penais. Álcool. Substâncias Psicoativas. Saúde Mental

**Abusive consumption of alcohol and other psychoactive substances as a warning sign among Penitentiary Police Officers: a scoping review**

**Abstract:**

The objective of this study was to map the scientific evidence on the consumption of alcohol and other psychoactive substances among Correctional Officers. A scoping review was conducted based on the Joanna Briggs Institute (JBI) methodology, with searches in seven databases and gray literature. The selected studies demonstrate a high prevalence of alcohol, tobacco, and other drug use in this population, often associated with occupational stress, lack of regular physical activity, and burnout syndrome. Factors such as older age, longer service time, and longer working hours were associated with an increased risk of harmful substance use. The findings also highlight the lack of structured prevention and physical and mental health support programs for these professionals, as well as the need to expand scientific literature on the topic. The results indicate that Correctional Officers constitute a particularly vulnerable group to substance abuse, reinforcing the importance of public policies and institutional strategies aimed at promoting mental health and preventing harm.

**Keywords:** Criminal police. Alcohol. Psychoactive Substances. Mental Health

**Consumo abusivo de alcohol y otras sustancias psicoactivas como señal de alerta entre agentes de Policía Penitenciaria: una revisión exploratoria**

**Resumen**

El objetivo de este estudio fue mapear la evidencia científica sobre el consumo de alcohol y otras sustancias psicoactivas entre Oficiales Correccionales. Se realizó una revisión exploratoria basada en la metodología del Instituto Joanna Briggs (JBI), con búsquedas en siete bases de datos y literatura gris. Los estudios seleccionados demuestran una alta prevalencia de consumo de alcohol, tabaco y otras drogas en esta población, a menudo asociada con estrés ocupacional, falta de actividad física regular y síndrome de burnout. Factores como la edad avanzada, mayor tiempo de servicio y

jornada laboral más larga se asociaron con un mayor riesgo de consumo de sustancias nocivas. Los hallazgos también resaltan la falta de programas estructurados de prevención y apoyo a la salud física y mental para estos profesionales, así como la necesidad de expandir la literatura científica sobre el tema. Los resultados indican que los Oficiales Correccionales constituyen un grupo particularmente vulnerable al abuso de sustancias, lo que refuerza la importancia de las políticas públicas y las estrategias institucionales dirigidas a promover la salud mental y prevenir daños.

**Palabras clave:** Funcionarios de prisiones. Alcohol. Sustancias psicoactivas. Salud mental.

## **Introdução**

Devido à natureza de suas atividades e à relação direta com a população carcerária, os Policiais Penais (PP) são frequentemente associados, e muitas vezes responsabilizados, pelos problemas enfrentados no sistema prisional brasileiro. Essa condição contribui para que sejam reconhecidos como uma categoria profissional exposta a intensas cargas de estresse e a elevados níveis de violência<sup>1</sup>.

As situações de estresse e violência vivenciadas por este grupo profissional estão intimamente relacionadas às características do trabalho e ao aumento da população carcerária ao longo da última década. Desde 2014, o Brasil passou a figurar como o terceiro país do mundo com a maior população carcerária, atrás de Estados Unidos e China. Paralelamente, registra-se um importante déficit de vagas no sistema prisional brasileiro com uma razão de detentos por vaga que foi de 1,3 em 2021 para 1,4 em 2022<sup>2</sup>. Este encarceramento em massa favoreceu a organização dos presos em facções criminosas a partir das prisões, contribuindo para a prática de crimes extremamente violentos, dentro e fora delas<sup>3</sup>.

Estima-se que o Brasil tenha, em média, sete presos para cada Policial Penal, número superior ao recomendado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que é de cinco presos por agente<sup>4</sup>. Essa desproporção compromete diretamente as condições de trabalho desses profissionais, ampliando a sobrecarga e os riscos associados ao exercício da função<sup>1</sup>.

Cabe salientar que a mudança da nomenclatura de agente penitenciário para Policial Penal, a partir de 2019<sup>5</sup>, implicou em um novo posicionamento do agente perante a sociedade e também no ajuste e ampliação de suas atribuições que incluem o cuidado e a segurança dos presos. A denominação de polícia é bastante significativa para esta categoria profissional, pois traz reconhecimento e visibilidade, e descola a sua imagem da população carcerária com a qual é reiteradamente associada pelo senso comum<sup>1</sup>. No entanto, essa identidade profissional tende a reforçar práticas repressivas e violentas dirigidas às pessoas privadas de liberdade, contribuindo para a manutenção de uma lógica punitiva em detrimento de políticas voltadas à ressocialização<sup>6</sup>.

Para além das mudanças na denominação e identidade dos profissionais do sistema prisional brasileiro, observam-se na literatura evidências de que essa categoria profissional está bastante suscetível a estresse, adoecimento físico e psíquico, consumo de álcool e outras substâncias psicoativas e trabalho em condições inadequadas<sup>7,8</sup>. Também observa-se maior prevalência de assédio moral no trabalho<sup>9</sup>, o que, em alguns casos, culmina no suicídio<sup>10</sup>.

O ambiente organizacional dos presídios favorece a ocorrência de situações limites que podem precipitar ou agravar tanto o consumo abusivo de substâncias psicoativas como o adoecimento mental dos trabalhadores<sup>11-13</sup>. Condições laborais adversas (superlotação de presos, baixo contingente de policiais, violência, ameaças à sua integridade física própria e de seus familiares), associada a uma estrutura organizacional (relações grupais tensas e hierarquizadas) e a processos de trabalho extenuantes podem atuar como fatores de risco para padrões abusivos ou dependentes de álcool e outras substâncias psicoativas<sup>14</sup>. Além disso, o permanente estado de vigilância, mesmo em momentos de folga, os impele a reduzir a vida social por medo de serem identificados e se tornarem alvo de ações violentas de facções criminosas<sup>12</sup>, e pode influenciar no consumo de substâncias como forma de lidar com tais situações.

Embora o consumo abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas seja objeto de interesse de pesquisadores, este parece ser um tema tabu nas forças de segurança, em especial na Polícia Penal, já que a cultura organizacional tende a desencorajar que os profissionais falem ou busquem ajuda para seus problemas, o que contribui para a escassez de dados sistematizados sobre o tema<sup>10</sup>. Diante disso, este artigo teve como objetivo mapear a literatura acerca do consumo abusivo de substâncias psicoativas,

como álcool e outras drogas, por Policiais Penais, a fim de identificar a prevalência de uso e os fatores associados a este uso.

## **Metodologia**

Este estudo consistiu em uma revisão de escopo que realizou uma busca sistemática da produção científica sobre o consumo abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas por Policiais Penais, a fim de identificar as evidências disponíveis e os fatores associados.

Foi utilizada a metodologia do *Joanna Briggs Institute* (JBI)<sup>15</sup> e as recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR). A pergunta da pesquisa foi definida a partir da estratégia P (população) C (conceito) e Contexto (C), em que População: “Policiais Penais”, Conceito “consumo abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas” e Contexto “influência do trabalho”. A pergunta que balizou a pesquisa ficou assim definida: quais as evidências científicas, das áreas de ciências da saúde, saúde coletiva e ciências sociais, sobre o consumo abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas por Policiais Penais?

As buscas foram realizadas no período de fevereiro a março de 2025, nas bases de dados PubMed, *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Web of Science* e Scopus. Foi realizada também uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

As estratégias de busca usadas foram adaptadas para cada base de dados, incluindo a utilização de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH) e suas adaptações conforme o idioma, de modo a ampliar as possibilidades de captação dos trabalhos (Quadro 1). O termo “Policia Penal” foi combinado com as denominações anteriores para esse grupo profissional buscando alcançar publicações realizadas antes de sua definição legal, como “agentes penitenciários”, “carcereiros” e suas variações. Além disso, foi feita uma busca nas referências bibliográficas de cada um dos textos selecionados, com vistas a identificar bibliografias adicionais que pudessem ser incluídas na pesquisa.

**Quadro 1 - Estratégias de buscas nas diferentes bases de dados**

<b>Base de dados</b>	<b>Estratégia de busca</b>	<b>Resultado</b>	<b>Total</b>
Pubmed	((prison officer) OR (correctional officer) OR (prison officers) OR (correctional officers) OR (prison guard) OR (prison guards)) AND ((alcohol OR (drugs) OR (drug))		280
Medline	(prison officer) OR (Correctional officer) OR (prison guard) AND (alcohol OR drugS) –	66	120
	(prison officerS) OR (Correctional officerS) OR (prison guardS) AND (alcohol OR drug)	54	
BVS	("agentes penitenciários") AND (álcool) OR (drogas)	57	328
	("agente penitenciário") AND (álcool) OR (drogas)	13	
	("carcereiro") AND (drogas) OR (álcool)	3	
	(policiais penais) AND (álcool) OR (drogas)	11	
	(policia penal) AND (álcool) OR (drogas)	43	
	("agentes de segurança penitenciária") AND (drogas) OR (álcool)	133	
	("prison officers") OR ("correctional officers") OR ("prison guards") AND (alcohol) OR (drugs)	68	
SciELO	("prison officers") OR ("correctional officers") OR ("prison guards") AND (alcohol) OR (drugs) AND (drogas) OR (álcool)	44	74
	("Agentes Prisionais") AND (drogas) OR (álcool)	9	
	("Agentes de segurança penitenciária") AND (drogas) OR (álcool)	10	
	("Policiais Penais") AND (álcool) OR (drogas)	6	
	("Polícia Penal") AND (álcool) OR (drogas)	3	
	(Carcereiro) AND (álcool) OR (drogas)	2	
Web of Science	(TS=(Correctional officer*) AND (TS=(drug*) OR TS=(alcohol)))	57	57
Scopus	("prison officer" OR "correctional officer" OR "prison officers" OR "correctional officers" OR "prison guard" OR "prison guards") AND ("alcohol" OR "drugs" OR "drug")	Total: 1.418 Open Access: 113	113

Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	Agentes penitenciários	167	167
	Policial penal		
	Policiais penais		
	Carcereiro		
	Agentes de segurança penitenciária		
		Total	1.139

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Foram incluídos na revisão de escopo apenas textos científicos, nos idiomas português, inglês ou espanhol, com acesso gratuito e que tratavam do consumo abusivo de substâncias psicoativas por Policiais Penais. Não houve delimitação do período de publicação dos textos. Foram excluídos os textos duplicados, os que não tinham acesso aberto, as revisões de literatura e os que não tratavam do tema pesquisado.

Foi utilizado o *software* Rayyan QCRI da *Qatar Computing Research Institute*<sup>16</sup> para triagem e gerenciamento das referências. Foi elaborado um instrumento para a extração de dados dos artigos selecionados. Tal instrumento passou por várias etapas de formulação e incluiu informações como autor, título, ano de publicação, tipo de publicação, tipo de pesquisa, tipo de amostra e instrumentos de pesquisas usados.

Por fim, foi utilizado o PRISMA-ScR *Checklist* para guiar a redação do relatório da revisão de escopo, cujos resultados serão apresentados por meio de quadros com a síntese das informações do conjunto dos estudos. Além disso, a partir da pergunta norteadora da pesquisa os resultados foram discutidos e interpretados para a identificação das evidências. Assim como na estratégia de busca, também na descrição dos resultados e na discussão, as classificações dessa categoria de trabalhadores, em alguns estudos denominada com os termos agentes penitenciários, carcereiros, agentes correcionais e seus similares foram considerados como Policiais Penais.

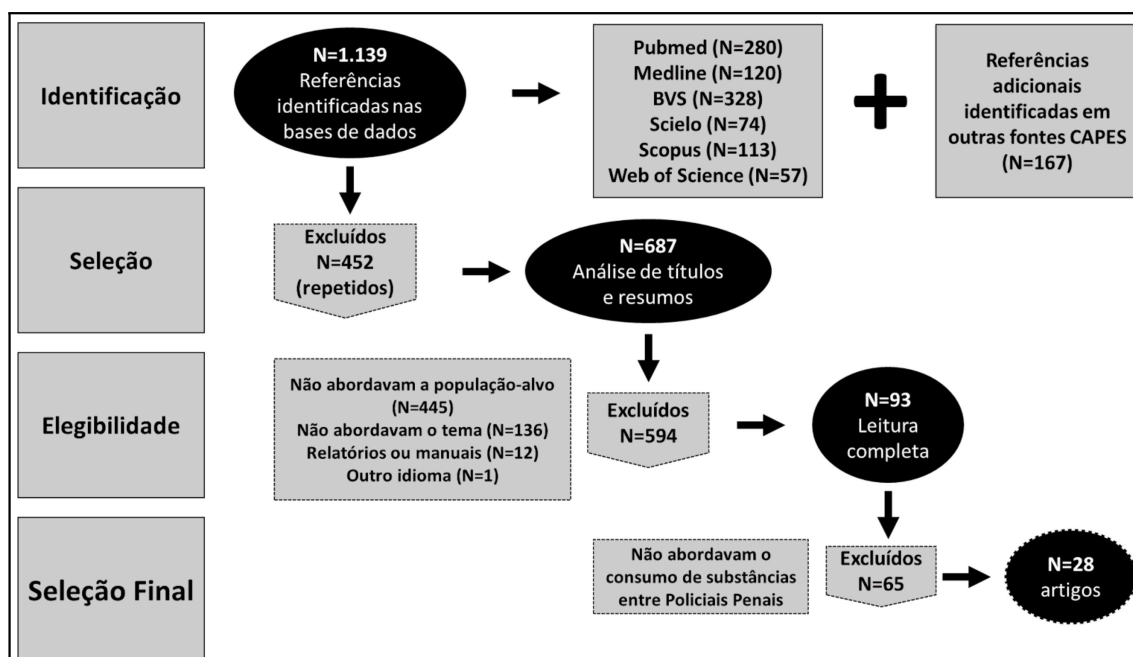
Esta revisão de escopo teve seu protocolo publicado em Open Science Framework (OSF), disponível no link: <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/EDH3S>.

## Resultados

No total, foram identificados 1.139 textos, entre eles artigos, dissertações, teses e outros. Destes, 452 estavam duplicados nas diferentes bases e foram retirados, restando 687 textos. Com a utilização do *software* Rayyan foram analisados os títulos e resumos

para a seleção com base no tema do estudo. Nesta etapa, foram excluídos 445 trabalhos por não abordar a população alvo (Policiais Penais); 136 por não abordar o tema pesquisado (consumo abusivo de álcool ou outras substâncias psicoativas por Policiais Penais); 12 por não se tratarem de textos científicos (relatórios ou manuais) e um texto por não estar disponível nos idiomas elencados na metodologia (Figura 1). Ao final, 93 trabalhos seguiram para a próxima fase de análise.

Na etapa seguinte, os 93 textos foram lidos na íntegra e houve a necessidade de mais exclusões: 65 documentos não continham dados específicos sobre Policiais Penais e o consumo abusivo de álcool ou outras substâncias psicoativas. A seleção final resultou em 28 documentos para análise (Figura 1).



**Figura 1 - Fluxograma das etapas de seleção dos textos da revisão de escopo**

Fonte: Adaptado pelas autoras a partir de Moher *et al.* (2009)

Entre os 28 textos analisados, encontram-se publicações de 1983 a 2024, com maior número de artigos em 2017 (n=4). Em relação à abordagem, 23 estudos utilizaram abordagem quantitativa e cinco qualitativa. Entre as pesquisas qualitativas destacam-se um ensaio<sup>17</sup>, uma etnografia<sup>18</sup>, uma pesquisa-ação<sup>19</sup> e duas pesquisas exploratórias<sup>20,21</sup>. Entre os estudos quantitativos, 91,3% (n=21) têm desenho transversal, um estudo descritivo<sup>22</sup> e um estudo de intervenção (do tipo antes/depois) que não avaliou especificamente o uso de substâncias psicoativas como desfecho principal<sup>23</sup>.

Mais da metade dos estudos (n=15) foram realizados no Brasil, seguido pelo Canadá com nove textos e Estados Unidos, Nova Zelândia, Polônia e Colômbia com apenas um texto cada (Quadro 2).

Dentre os estudos quantitativos, 47,8% (n=11) pesquisaram o consumo abusivo de álcool, outras substâncias psicoativas ou tabaco a partir de uma ou duas questões que não se constituíam como uma escala e um estudo realizou exames laboratoriais. Dentre os estudos que utilizaram instrumentos validados (n=12), a maioria recorreu ao AUDIT (*Alcohol Use Disorders Identification Test*), presente em 8 artigos, seguido pelo ASSIST (Alcohol, Smoking and Substance Involvement Screening Test), presente em dois estudos e pelo CAGE (Cut-down/Annoyed/Eye-opener/Guilt Questionnaire), presente em um estudo. Um trabalho utilizou o AUDIT e o CAGE<sup>24</sup> (Quadro 2).

**Quadro 2:** Descrição dos estudos selecionados, segundo ano, autores, título, país, tipo de estudo e instrumento utilizado para avaliar o consumo de substâncias entre Policiais Penais.

Ano	Autores	Título	País	Abordagem	Tipo de estudo	Instrumento utilizado
1983	Webster IW, Porritt DW, Brennan PJ. Aust NZJ <sup>25</sup>	Reported health, life-style and occupational stress in prison officers	Austrália/ Nova Zelândia	Quantitativa	Transversal	Exames laboratoriais
1991	Jetté M, Sidney K <sup>23</sup>	The benefits and challenges of a fitness and lifestyle enhancement program for correctional officers	Canadá	Quantitativa	Intervenção (antes x depois)	Questionário próprio
1995	Holden RW, Svenson LW, Jarvis GK, Campbell RL, Lagace DR, Backs BJ <sup>26</sup>	A Survey of Drinking Behaviors of Canadian Correctional Officers	Canadá	Quantitativa	Transversal	Questionário próprio

1995	Svenson LW, Jarvis GK, Campbell RL, Holden RW, Backs BJ, Lagace DR <sup>27</sup>	Past and current drug use among Canadian correctional officers	Canadá	Quantitativa	Transversal	Questionário próprio
2002	Fernandes RC, Silvany NAM, Sena GM, Leal AS, Carneiro CA, Costa FP <sup>28</sup>	Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil	Brasil	Quantitativa	Transversal	CAGE
2007	Lavigne E, Bourbonnais R <sup>29</sup>	Psychosocial work environment, interpersonal violence at work and psychotropic drug use among correctional officers	Canadá	Quantitativa	Transversal	Questionário próprio
2007	Reichert FF, Lopes M, Loch MR, Romanzini M. PR <sup>30</sup>	Atividade física e outros aspectos relacionados à saúde de agentes penitenciários de Londrina	Brasil	Quantitativa	Transversal	Questionário próprio
2008	Dianna V, Lhuillier D, Sánchez AR, Amado G, Araújo L, Duarte AM, <i>et al.</i> <sup>19</sup>	Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro, Brasil	Brasil	Qualitativa	Pesquisa-ação	Entrevistas e grupos de discussão
2010	Lourenço AS <sup>18</sup>	O espaço da vida do agente de segurança	Brasil	Qualitativa	Etnográfico	Não se aplica

		penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários				
2012	Ferreira REB, Menezes LC, Dias JC <sup>31</sup>	Relação da prevalência de atividade física com variáveis psicológicas e componentes da síndrome metabólica em agentes penitenciários de Belo Horizonte-MG	Brasil	Quantitativa	Transversal	Questionário adaptado
2013	Moraes PRB <sup>17</sup>	A identidade e o papel de agentes penitenciários	Brasil	Qualitativo	Ensaio	Entrevista
2015	Jaskowia k CR, Fontana RT <sup>20</sup>	O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário	Brasil	Qualitativo	Descritivo	Entrevista
2016	Campos JADB, Schneider V, Bonafé FSS, Oliveira RV, Maroco J <sup>32</sup>	Síndrome de Burnout e consumo de álcool em agentes penitenciários	Brasil	Quantitativa	Transversal	AUDIT
2017	Dimenstein M, Lima AIO, Figueiró RA, Leite JF <sup>33</sup>	Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional	Brasil	Quantitativa	Transversal	ASSIST
2017	Ferreira MJM, Macena RHM, Mota RMS, Pires NRJ, Silva AMC,	Prevalência e fatores associados à violência no ambiente de trabalho em agentes de segurança penitenciária do	Brasil	Quantitativa	Transversal	AUDIT

	Vieira LJES, <i>et al.</i> <sup>34</sup>	sexo feminino no Brasil				
2018	Carleton RN, Afifi TO, Turner S, Taillieu T, Durancea u S, LeBouthillier DM, <i>et al.</i> <sup>35</sup>	Mental Disorder Symptoms among Public Safety Personnel in Canada	Canadá	Quantitativa	Transversal	AUDIT
2018	Carleton RN, Afifi TO, Taillieu T, Turner S, El-Gabalawy R, Sareen J, Asmundson GJG <sup>36</sup>	Anxiety-related psychopathology and chronic pain comorbidity among public safety personnel	Canadá	Quantitativa	Transversal	AUDIT
2019	Lima AIO, Dimenstein M, Figueiró R, Leite J, Dantas C <sup>14</sup>	Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e Uso de Álcool e Drogas entre Agentes Penitenciários	Brasil	Quantitativa	Transversal	ASSIST
2019	Nascimento VF, Borges JS, Cabral JF, Terças-Trettel ACP, Hattori TY, Lemes AG, <i>et al.</i> <sup>21</sup>	Acceso a la información sobre las sustancias psicoactivas y el consumo de éstas por los agentes penitenciários	Costa Rica / Brasil	Qualitativo	Exploratório	Entrevista
2019	Shepherd BR, Fritz C, Hammer LB,	Emotional demands and alcohol use in corrections: A moderated mediation model	Estados Unidos	Quantitativa	Transversal	Autodeclaração de consumo (álcool)

	Guros F, Meier D <sup>37</sup>					
2019	Useche SA, Montoro LV, Ruiz JI, Vanegas C, Sanmartin J, Alfaro E <sup>38</sup>	Workplace burnout and health issues among Colombian correctional officers	Colômbia	Quantitativa	Transversal	Autodeclaração de consumo (cigarro)
2020	Carleton RN, Ricciardelli R, Taillieu T, Mitchell MM, Andres E, Afifi TO <sup>39</sup>	Provincial Correctional Service Workers: The Prevalence of Mental Disorders	Canadá	Quantitativa	Transversal	AUDIT
2021	Campelo AMR, Ferreira MP, Berrêdo VC, Santos DA, Silva MS, Bergamo VM <sup>22</sup>	Condições de saúde do agente de segurança penitenciária relacionadas às atividades laborais	Brasil	Quantitativa	Descritivo	Questionário adaptado
2022	Pauli FB, Follador FAC, Wendt G, Lucio LC, Pascotto CR, Ferreto LED <sup>24</sup>	Condiciones de trabajo y salud de los funcionarios de prisiones en Paraná (Brasil)	Brasil	Quantitativa	Transversal	CAGE/AUDIT
2022	Campos RG, Abreu AA, Silva SL <sup>40</sup>	Estresse ocupacional em policiais penais: estudo em uma unidade prisional de Minas Gerais	Brasil	Quantitativa	Transversal	Autodeclaração de consumo (álcool)

2023	Sygit-Kowalkowska, E, Orlak, K, Stolarski, M <sup>41</sup>	Work for the prison service: Selected health consequences – Investigating the role of personal resources, Job demands, work stress, and burnout	Polônia	Quantitativa	Transversal	AUDIT
2024	Ricciardelli R, Taillieu TL, McElhernan M, Cramm H, Ajith H, Johnston MS, Carleton RN <sup>42</sup>	Sleep quality and mental disorder symptoms among correctional workers in Ontario, Canada	Canadá	Quantitativa	Transversal	AUDIT
2024	Ricciardelli R, Taillieu TL, Coulling R, Johnston MS, Carleton RN, Afifi T (a) <sup>43</sup>	Provincial Correctional Workers: Examining the Relationships Between Alcohol Use, Mental Health Disorders, and Suicide Behaviour	Canadá	Quantitativa	Transversal	AUDIT

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As pesquisas contaram com amostras variadas, sendo que a maior população total exclusiva de Policiais Penais foi de 1.732 participantes<sup>41</sup>. Das pesquisas quantitativas selecionadas, nove abordaram apenas o consumo de álcool, alguns deles sem considerar seu consumo como desfecho principal<sup>24,26,35-37,39,41-43</sup>, sete abordaram consumo de álcool e tabaco<sup>22,23,28,30-32,38,40</sup>, seis pesquisaram o consumo de álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas<sup>14,25,28,29,33,34</sup> e uma discutiu o uso de psicofármacos ou outras drogas ilícitas<sup>27</sup> por Policiais Penais (Quadro 3).

A maior parte das pesquisas quantitativas objetivou avaliar a prevalência e a frequência do consumo de substâncias psicoativas, seja como desfecho principal ou

como variáveis associadas a outro desfecho. Dos 23 artigos, 91,3% (n=21) fizeram avaliações de saúde física e/ou mental dos profissionais, que incluíram perguntas sobre o consumo de substâncias psicoativas e álcool.

No que se refere ao consumo de álcool, foram encontradas prevalências que variaram entre 32,3%<sup>34</sup> e 88,3%<sup>14</sup> na amostra geral; entre 60%<sup>34</sup> e 82,8%<sup>26</sup> entre as mulheres e entre 63,1%<sup>34</sup> e 84,4%<sup>26</sup> entre os homens (Quadro 3). As prevalências de consumo nocivo ou provável dependência giraram entre 5,58%<sup>35</sup> e 40,9% entre policiais que trabalhavam em Centros de Detenção Provisória (CDP)<sup>33</sup>. Em um dos estudos, 100% da amostra de 1.039 policiais consumiu álcool pelo menos uma vez por mês<sup>37</sup>.

A prevalência do consumo de tabaco entre os policiais variou entre 11,0%<sup>30</sup> e 48,0%<sup>23</sup>. Apenas um estudo sinalizou a prevalência de consumo de tabaco entre homens e mulheres<sup>31</sup>, sendo de 26,3% e 13,0%, respectivamente. A prevalência de consumo nocivo esteve entre 7,1% entre policiais que trabalhavam em penitenciárias e 16,7% entre os que trabalhavam em CDP<sup>33</sup> (Quadro 3).

O consumo de outras substâncias psicoativas apresentou grande variação nos estudos analisados. Em um deles, 100% dos policiais declararam não ter utilizado substâncias ilícitas no último ano<sup>28</sup>. Outros, observaram a utilização de diversas substâncias como maconha, cocaína e tranquilizantes. As prevalências de uso da maconha estiveram entre 8,9%<sup>33</sup> e 45%<sup>27</sup>; cocaína entre 3,6%<sup>14</sup> e 16%<sup>27</sup>; e tranquilizantes entre 5%<sup>27</sup> e 27,3%<sup>34</sup> (Quadro 3).

**Quadro 3** - Prevalência de consumo de álcool, tabaco e outras drogas observadas nos estudos quantitativos analisados e fatores associados ao consumo abusivo destas substâncias.

Autores	Amos- tra	Prevalência (%)			Fatores associados
		Álcool	Tabaco	Outras Drogas	
Carleton <i>et al.</i> (2018)	336	5,58 (Transtorno de uso de álcool)	Não avaliado	Não avaliado	- Menor risco entre policiais - Maior risco entre bombeiros
Carleton <i>et al.</i> (2018a)	701	40,4 (sem dor crônica: n=19) 59,6 (com alguma dor)	Não avaliado	Não avaliado	- Não houve associação significativa entre dor crônica e transtorno de uso de álcool

		crônica: n=28)			
Carleton et al. (2020)	553	6,7 (Transtorno de uso de álcool - amostra) 8,5 (policiais penais)	Não avaliado	Não avaliado	- Mulheres mais propensas - Idade entre 40-49 anos, separados ou divorciados eram mais propensos a triagem positiva para transtornos mentais
Holden et al. (1995)	77	85,1 (consumo amostra) 84,4 (homens) 82,8 (mulheres)	Não avaliado	Não avaliado	- Apenas avaliaram a diferença no consumo entre homens e mulheres que trabalhavam como policiais penais e compararam à população geral canadense
Pauli et al. (2022)	125	68,0 (consumo) 9,6 (consumo nocivo/ dependente)	Não avaliado	Não avaliado	- Nenhuma variável se manteve associada ao consumo de álcool no estudo
Ricciardelli et al. (2024)	943	Não descrito	Não avaliado	Não avaliado	- Triagem positiva para insônia foi associada a probabilidades estatisticamente maiores de triagem positiva para qualquer transtorno de saúde mental - Consumo de álcool se correlacionou positivamente com insônia, sintomas de ansiedade generalizada, estresse pós-traumático, depressão e transtorno de pânico
Ricciardelli et al. (2024) (a)	915	6,7% (consumo nocivo - amostra) 8,5% (homens) 5,0% (mulheres)	Não avaliado	Não avaliado	- Gênero masculino; - Idade entre 20-29 anos; - Depressão e ansiedade generalizada - Ter pensado em suicídio alguma vez na vida

Shepherd et al. (2019)	1.039	100,0 (pelo menos 1 vez/mês) 6,0 (todos os dias) 9,0 (binge drinking)	Não avaliado	Não avaliado	- Trabalho emocionalmente exigente se associa a maiores níveis de burnout, que está ligado a maiores níveis de consumo de álcool
Sygit-Kowalkowska et al. (2023)	1.732	Não descrito	Não avaliado	Não avaliado	- Estresse foi preditor de comportamento relacionado ao álcool, enquanto burnout não - O uso de álcool não é um moderador significativo entre sintomas de esgotamento e estresse no grupo estudado.
Campello et al. (2021)	43	48,83 (consumo)	20,93	Não avaliado	Não foi realizada análise de associação
Campos et al. (2016)	339	22,4 (consumo de risco)	20,5	Não avaliado	- Gênero masculino (fator de risco) - Tabagismo (fator de risco) - Prática religiosa (fator de proteção) - Maior consumo de álcool tem maior exaustão emocional e cinismo, e menor eficácia profissional
Campos, Abreu, Silva (2022)	98	78,6 (consumo)	11,2	Não avaliado	- Consumidores de álcool: 32,47% apresentam estresse leve a moderado e 57,14% apresentam nível intenso ou muito intenso (Não fizeram estudo de associação)
Ferreira et al. (2012)	101	62,4 (consumo na amostra) 63,1 (homens) 60,0 (mulheres)	22,8 (consumo na amostra) 26,3 (homens) 13,0 (mulheres)	Não avaliado	- Não foi observada diferença estatisticamente significativa entre o consumo de álcool e tabaco entre homens e mulheres - O estudo não descreveu o consumo destas substâncias em

					relação à prática de atividade física
Jetté, Sidney (1991)	25	72,0 (consumo)	48,0	Não avaliado	- A intervenção melhorou alguns marcadores fisiológicos - 2 policiais relataram redução no consumo de álcool e 1 no consumo de cigarros pós intervenção
Reichert et al. (2007)	75	71,2 (consumo)	11,0	Não avaliado	- Ausência de prática regular de atividades físicas e consumo de álcool - Presença de distúrbios psiquiátricos menores
Useche et al. (2019)	219	78,2 (consumo)	16,9 (consumo)	Não avaliado	- Burnout se associa a maior consumo de álcool e menor prática de atividade física - Burnout associado a outros distúrbios psiquiátricos se associa a maior consumo de álcool e menor suporte social
Dimenstein et al. (2017)	403	Policiais Penais: 70,6 (baixo risco) 18,7 (Uso nocivo) Centro Detenção Provisória (CDP) 42,4 (baixo risco) 40,9 (Uso nocivo)	Policiais Penais: 27,6 (baixo risco) 7,1 (Uso nocivo) Centro Detenção Provisória (CDP) 25,7 (baixo risco) 16,7 (Uso nocivo)	Policiais Penais: - Maconha: 8,9 (baixo risco); 1,2 (Uso nocivo) Centro Detenção Provisória (CDP) - Maconha: 10,6 (baixo risco) 4,6 (Uso nocivo) - Cocaína: 4,6 (Uso nocivo) - Hipnóticos: 3,0 (uso nocivo)	- Trabalhar em Centro de Detenção Provisória - Ter outra ocupação aumenta as chances para consumo abusivo de tabaco e álcool
Fernandes et al. (2002)	311	68,5 (consumo) 15,6 (suspeita)	Não descrito	0 (nenhum respondente afirmou consumir)	- Tabagismo - Exercer outra atividade remunerada

		de alcoolismo )			
Ferreira et al. (2017)	295	32,3 (consumo) 91,5 (consumo de baixo risco) 8,5 (consumo de risco)	18,2	27,3 (calmantes)	A ocorrência de violência associou-se a: - Idade maior que 35 anos - Ter trabalhado em 1 ou mais estabelecimentos prisionais - Ter trabalhado em presídios ou casas de detenção provisória - Consumo de drogas ilícitas (maconha, cocaína, etc) - Consumo de calmantes - Possuir sintomas de transtornos mentais
Lavigne, Bourbonnais (2007)	1.288	15,3 (menor que 1 vez por semana) 13,1 (1-5 vezes/sem) 15,5 (6-10 vezes/semana) 17,7 (mais de 10 vezes/sem)	16,1 (fumo ocasional) 19,6 (fumo regular)	14,7 (tranquilizantes, sedativos e antidepressivos)	- Idade maior que 35 anos - Sexo feminino - Baixo suporte social no trabalho - Poucas recompensas no trabalho - Estresse relacionado a evento no último ano - Fumo regular - Baixo equilíbrio entre esforços X recompensas - Exposição a violência psicológica - Trabalho em meio período como fator protetor para consumo de substâncias
Lima et al. (2019)	403	88,3 (consumo) 22,3 (consumo nocivo / dependente)	35,9 (consumo) 8,7 (consumo nocivo/dependente)	10,9 (Maconha) 7,6 (Inalantes) 4,4 (Hipnóticos) 3,6 (Cocaína) 1,1 (Anfetaminas) 0,3 (Alucínógenos)	- Tipo de unidade prisional (CDP uso nocivo ou dependente para álcool e tabaco) - Outra ocupação na área de segurança (uso nocivo ou dependente para tabaco e álcool) - Mais de 10 anos de profissão (uso nocivo

					ou dependente para maconha) - Trabalhar em turnos dobrados
Webster et al. (1983)	262	67,0 (consumo) 16,0 (baixo risco) 8,0 (consumo de risco) 5,0 (uso nocivo/dependência)	Não descrito	10,0 (Sedativos, tranquilizantes, analgésicos)	- Consumo de tabaco se associou à bronquite, enfisema e asma - Fumo se correlacionou ao consumo de álcool - Fumo se relacionou de forma inversa à obesidade - Estresse no trabalho se correlacionou ao uso de sedativos e álcool
Svenson et al. (1995)	77	Não avaliado	Não avaliado	58,0 (consumo passado) 22,0 (consumo atual) 45,0 (Maconha) 16,0 (Cocaína) 15,0 (Alucinógeno) 14,0 (Opiáceos) 14,0 (Barbitúricos) 12,0 (Anfetaminas) 5,0 (Tranquilizantes) 3,0 (Heroína)	- Mulheres mais propensas a consumo no passado - Maconha e cocaína foram as drogas mais utilizadas (9 e 16 vezes maior que a da população em geral do Canadá)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Como os estudos tiveram objetivos bem diferentes entre si, os fatores associados ao consumo de álcool e outras substâncias também foram bem distintos (Quadro 3). No entanto, observaram-se alguns aspectos comuns a mais de um estudo. Entre os fatores de risco para o consumo de substâncias psicoativas destacaram-se: ser do gênero feminino<sup>27,29,35</sup>, embora alguns estudos também tenham apontado os homens como mais propensos<sup>32,42</sup>, ter mais de 35 anos de idade<sup>29,34</sup>, trabalhar em CDP<sup>14,33,34</sup>, ter outra ocupação na área de segurança pública<sup>14,28,33,34</sup>, apresentar estresse e exaustão

profissional<sup>25,29,32,37,38,40,41</sup>, consumo de tabaco<sup>25,28,29,32</sup> e problemas de saúde mental, como ansiedade generalizada, depressão e ideação suicida<sup>30,42,43</sup>.

Apenas três estudos identificaram aspectos que poderiam atuar como fatores protetores em relação ao consumo de substâncias psicoativas entre os policiais penais: trabalhar em meio período<sup>29</sup>, atuar como policial penal em comparação a trabalhar no Corpo de Bombeiros<sup>35</sup> e a prática religiosa<sup>32</sup> (Quadro 3).

No que se refere aos cinco estudos de abordagem qualitativa incluídos na presente revisão, observou-se que todos foram desenvolvidos no Brasil e abordam reflexões sobre o consumo de álcool e outras substâncias psicoativas. Em diversos aspectos, esses estudos corroboram os achados quantitativos, oferecendo, contudo, uma compreensão mais aprofundada a partir das percepções e experiências dos próprios Policiais Penais.

Apenas um dos trabalhos teve como objetivo principal a questão do consumo de substâncias psicoativas por Policiais Penais<sup>21</sup>. De forma específica, os autores buscaram identificar o acesso a informação sobre substâncias psicoativas e seu consumo por um grupo de trabalhadores que atuavam em uma cadeia pública feminina do Estado de Mato Grosso. O grupo de policiais estudado relatou fazer uso de alguma substância psicoativa, prevalecendo o relato de baixo consumo de álcool. As percepções do grupo sobre as informações relativas ao consumo de substâncias foram divergentes. Parte dos participantes apontou que a forma como essas mensagens são veiculadas pode criar “imaginários de status de grandeza e satisfação”. Outros destacaram a importância de abordar os riscos associados ao uso de substâncias psicoativas. Houve ainda, quem considerasse a divulgação dessas informações improdutiva, por entender que já são de conhecimento público. Por fim, alguns participantes classificaram as propagandas sobre o consumo de substâncias contraditórias, alternando entre conteúdos educativos e mensagens com ênfase no *marketing* e na promoção comercial<sup>21</sup>.

No estudo de Diuana *et al.*<sup>19</sup>, com diversos atores que compõem o contexto de uma prisão (detentos, policiais penais e profissionais de saúde) no Rio de Janeiro, o uso abusivo de álcool é visto pelos policiais penais como uma estratégia frequentemente usada para atenuar o estresse e a tensão emocional provocados pela natureza do seu trabalho. Neste sentido, essa categoria profissional teria um “índice de alcoolismo” bastante expressivo, conforme os depoimentos apresentados no artigo.

Na mesma direção, os Policiais Penais entrevistados no Rio Grande do Sul destacaram que, devido a seu trabalho, correm riscos de adoecimentos diversos, entre eles problemas de saúde mental, uso abusivo de álcool e outras drogas lícitas e ilícitas<sup>20</sup>. No estudo etnográfico desenvolvido por Lourenço<sup>18</sup> com policiais penais que atuavam em uma penitenciária de segurança máxima localizada em São Paulo, suas conclusões apontam para o adoecimento, muitas vezes silencioso desses trabalhadores que inclui transtornos mentais diversos (de humor, neurótico, do sono), uso abusivo de substâncias psicoativas, entre outras questões.

Com base em pesquisa de campo realizada com policiais penais no estado do Paraná, Moraes<sup>17</sup> discute que a “rotina de permanente estado de alerta e de guarda” constitui um fator que contribui para os altos índices de distúrbios psiquiátricos entre esses trabalhadores. Entre os principais problemas identificados, o autor destaca insônia, nervosismo, paranoia e dependência química, principalmente em relação ao consumo de álcool.

## **Discussão**

A revisão de escopo realizada evidencia dois aspectos centrais relacionados à saúde mental e ao consumo abusivo de substâncias psicoativas entre os Policiais Penais. Primeiro trata-se de um grupo de trabalhadores particularmente vulnerável à problemas de saúde mental, em razão das especificidades e das condições adversas em que exercem suas atividades laborais. Segundo, observa-se uma ampla variação nas prevalências de consumo de álcool e outras substâncias psicoativas, o que indica uma maior suscetibilidade aos impactos desse consumo quando comparados à população geral e a outros grupos profissionais.

Apesar da grande variação das prevalências de consumo de substâncias psicoativas, observa-se que elas se mostraram maiores que as identificadas para a população geral do Brasil. De acordo com dados coletados em 2023 pelo inquérito telefônico de vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas - VIGITEL, o consumo de tabaco observado na população residente nas 27 capitais brasileiras foi de 9,3%, enquanto no presente estudo oscilou entre 11% e 48%, sinalizando um consumo maior entre os Policiais Penais, se comparados com a população geral. A prevalência de consumo de risco de álcool (*binge drinking*) na população brasileira foi de 20,8%<sup>44</sup>

enquanto entre os Policiais Penais chegou a atingir o dobro deste percentual (40,9%) entre os que trabalhavam em CDP.

A prevalência de consumo de outras substâncias, distintas do álcool, entre os Policiais Penais apresentou padrões semelhantes ou até mais altos do que o observado na população em geral. De acordo com o III Levantamento Nacional sobre o uso de Drogas pela população brasileira, realizado em 2015<sup>45</sup>, o consumo de maconha na vida foi de 7,7% para a população geral (do presente estudo variou entre 8,9% e 45%) e de cocaína foi de 3,1% para a população (no presente estudo variou entre 3,6% e 16%). O uso nocivo tanto de cocaína (4,6%) quanto de hipnóticos (3%) foi observado principalmente entre os Policiais Penais que trabalhavam nos CDP.

Embora apresentem prevalências superiores de consumo abusivo de substâncias, quando comparados à população em geral, os Policiais Penais parecem consumir álcool e tabaco em padrões semelhantes a outros grupos de trabalhadores da segurança pública. Estudos conduzidos com policiais no Rio de Janeiro, Brasil, mostraram prevalências de consumo diário de álcool de 12% entre os Policiais Civis (PC) e de 11% entre os Policiais Militares (PM); e um consumo regular de tabaco de 23,3% pelos PC e de 19,1% pelos PM<sup>46</sup>.

Em relação ao consumo de substâncias consideradas ilícitas no Brasil, como maconha e cocaína, esta revisão também identificou prevalências mais elevadas entre policiais penais quando comparados a outros profissionais de segurança pública. A prevalência de consumo de maconha nessa categoria variou entre 8,9% e 45%, enquanto a de cocaína oscilou entre 3,6% e 16%. Em contraste, entre policiais civis e militares do estado do Rio de Janeiro, os índices foram substancialmente menores: 0,1% para maconha entre policiais civis, 1,1% entre policiais militares e 1,1% para cocaína entre policiais militares, três vezes inferior ao observado entre policiais penais<sup>46</sup>.

Este maior consumo de substâncias entre os profissionais da segurança pública em relação à população geral sugere que a atividade profissional deste grupo de trabalhadores apresenta desafios distintos em relação aos demais trabalhadores. Entre outras razões, isso decorre do fato de que nesta atividade ocorre o que Corrêa *et al.*<sup>4</sup> denominam de “transbordamento da rotina profissional para a vida pessoal”, o que implica dizer que um policial segue com responsabilidades relacionadas ao seu trabalho até mesmo quando não está em serviço. Este transbordamento, aliado à sensação de

perigo constante, confere à atividade de segurança pública uma peculiaridade relacionada à centralidade do trabalho, que “invade” a vida pessoal e social.

No caso dos Policiais Penais, essa realidade pode ser ainda pior, devido às peculiaridades do trabalho no sistema prisional, da percepção social da profissão e das dinâmicas internas em relação aos presos. Em um estudo sobre a identidade profissional dos Policiais Penais, a partir da mudança de nomenclatura ocorrida em 2019<sup>1</sup> destaca que a formação de coletivos prisionais entre as pessoas privadas de liberdade demanda dos policiais grandes esforços para lidar com a diversidade de dinâmicas criminais na realização de sua atividade profissional, qual seja, manter a ordem nas unidades prisionais. Isso resulta em grandes tensões no exercício da função e também nos momentos de folga, nos quais muitos deles se percebem em risco de serem “caçados para morrer”.

Além das características inerentes à própria atividade profissional, a presente revisão identificou fatores individuais e organizacionais associados ao consumo de substâncias por parte de policiais penais. Entre os fatores individuais, destacam-se idade, gênero, estado civil, prática de atividades físicas, religião, tempo de profissão, atuação em outras áreas de segurança e manter mais de um vínculo empregatício. Já entre os fatores organizacionais, evidenciam-se aqueles relacionados à infraestrutura e à forma de organização do trabalho.

Entre estes últimos, destacam-se a sensação de baixo suporte social no trabalho, a existência de poucas recompensas com baixo equilíbrio entre esforços *versus* recompensas, trabalho emocionalmente exigente e exposição à violência, sobretudo psicológica. Infelizmente, não foi possível determinar, com base nos estudos analisados nesta revisão, a direção da associação entre esses fatores e o consumo abusivo de substâncias psicoativas. Isso se deve ao fato de que mais de 91% dos artigos incluídos corresponderam a estudos transversais, cujo principal limite metodológico é a impossibilidade de estabelecer relações temporais e, conseqüentemente, inferências causais.

Outro fator de risco observado no presente estudo, tanto para o consumo de álcool quanto para outras substâncias, foi trabalhar em Centros de Detenção Provisória (CDP). Os CDP são unidades prisionais que operam em regime fechado e recebem, de forma provisória, pessoas que aguardam julgamento ou transferência para outro

estabelecimento prisional<sup>48</sup>. Como local idealizado para permanência de curto período de tempo, os CDP tendem a ter menos recursos, infraestrutura menor e menos avançada e medidas de segurança menos rigorosas do que as penitenciárias. Tais características podem aumentar a sensação de insegurança dos trabalhadores, assim como ser um ambiente com tensões que envolvem a transitoriedade da permanência e do destino de cada pessoa que por ali passa. Todos esses fatores podem ser geradores de sofrimento, estresse e insegurança, favorecendo o consumo de álcool e outras substâncias como estratégia para aliviar os sentimentos negativos provocados por esta realidade<sup>49</sup>.

Apesar de não ser possível determinar a direção da associação entre os fatores de risco apontados e o consumo de substâncias, ou seja, não é possível dizer se o consumo de substâncias psicoativas provocou os problemas no trabalho ou se os problemas no trabalho provocaram o consumo abusivo de substâncias psicoativas, os achados do presente estudo sinalizam a importância de aspectos organizacionais não apenas na saúde física dos policiais, mas também para a saúde mental, como apontado por outros estudos<sup>47,50,51</sup>. Muitos problemas de saúde mental foram relacionados nesta revisão ao consumo abusivo de substâncias psicoativas, principalmente estresse, *burnout*, depressão e ansiedade generalizada.

A este respeito, é importante sinalizar que muitas vezes a rotina profissional do policial envolve situações que podem causar traumas psicológicos, seja pela falta de infraestrutura para lidar com os problemas<sup>50,52</sup>, seja pela violência envolvida no cotidiano da profissão<sup>51</sup> que extrapola outros aspectos da vida, como dito anteriormente<sup>47</sup>. A forma como as instituições de segurança pública gerenciam essas situações revela fragilidades institucionais, uma vez que a maioria não dispõe de programas institucionais regulares voltados ao cuidado e à promoção da saúde dos policiais, capazes de minimizar os impactos da profissão na vida pessoal e social<sup>52</sup>. Essa ausência de suporte institucional pode favorecer o consumo abusivo de substâncias psicoativas, utilizado por muitos profissionais como estratégia de enfrentamento das adversidades do trabalho.

Por outro lado, mesmo quando existem programas institucionais de apoio, muitos policiais resistem em procurar ajuda devido à vergonha, ao estigma, à dificuldade em reconhecer os próprios problemas e, frequentemente, por receio de possíveis repercussões negativas<sup>50-52</sup>. Não raramente, diante de casos de problemas de

saúde mental, a resposta institucional não envolve o encaminhamento para avaliações psicológicas, tratamento e acompanhamento da condição de saúde apresentada, mas sim a realocação do profissional para funções administrativas, muitas vezes acompanhada da suspensão do porte de arma. Esta prática, em vez de promover cuidado, pode agravar o quadro de adoecimento e ampliar o número de policiais afetados<sup>51,52</sup>.

Embora nem todos os estudos incluídos nesta revisão tenham apresentado propostas de enfrentamento para o consumo abusivo de substâncias entre policiais penais, parte da literatura sugere um conjunto de ações que poderiam contribuir para a mitigação, ou prevenção desse problema. Entre essas ações, destacam-se: 1) Formulação de políticas institucionais que garantam a existência de equipes responsáveis pelo bem-estar físico e mental dos policiais<sup>18,24,30</sup>; 2) Redução da sobrecarga e da jornada de trabalho, com ampliação do quadro de servidores e oferta de tempo adequado para recuperação física e emocional frente às demandas laborais<sup>37</sup>; 3) Sensibilização e capacitação de gestores para reconhecer e atender às necessidades específicas dos policiais penais, especialmente no que se refere ao suporte psicológico<sup>20</sup>; 4) Reestruturação do sistema prisional, com a construção de unidades menores e mais bem equipadas, capazes de favorecer a ressocialização dos presos, reduzir a superlotação, melhorar as condições institucionais insalubres e ampliar a assistência à saúde física e mental, incluindo diagnósticos precoces de transtornos mentais e de consumo abusivo de substâncias<sup>20,22,30,32,33,35-38,40</sup>.

A adoção de serviços de apoio psicológico permanentes voltados aos policiais penais também foi destacada como estratégia fundamental para reduzir problemas de saúde mental nessa categoria profissional<sup>51</sup>. Soma-se a isso a relevância de implementar grupos de apoio para policiais e seus familiares, com ações voltadas à redução do estigma e do preconceito relacionados à saúde mental e ao consumo abusivo de substâncias psicoativas<sup>50</sup>.

Embora esta revisão tenha fornecido evidências importantes acerca da prevalência do consumo abusivo de substâncias entre Policiais Penais e dos fatores associados, algumas limitações devem ser ressaltadas, sobretudo no que diz respeito à heterogeneidade metodológica dos estudos analisados. A utilização de diferentes instrumentos de coleta dos dados talvez explique a grande variação de prevalências de consumo de substâncias psicoativas descrita no presente estudo. Além disso,

observou-se predomínio de estudos quantitativos (23 de 28), em contraste com número reduzido de pesquisas qualitativas, abordagem que poderia aprofundar a compreensão dos fatores de risco e proteção para o consumo abusivo de substâncias, bem como os mecanismos de enfrentamento das consequências desse consumo entre os Policiais Penais.

### **Conclusões e considerações finais**

Esta revisão de escopo evidenciou prevalências de consumo de substâncias psicoativas, sobretudo de álcool, elevadas entre os Policiais Penais, com maior risco de consumo abusivo entre aqueles profissionais com maior idade, mais de 10 anos de trabalho na carreira de segurança pública, que possuem carga horária extenuante e acumulam diferentes vínculos de trabalho. Além disso, o consumo abusivo se associou à alta prevalência de transtornos mentais, com maior destaque para depressão, estresse, *burnout* e ansiedade.

Embora o consumo de substâncias entre os Policiais Penais seja um assunto de grande importância, parece ser um tema emergente no contexto da saúde pública. Esta constatação advém do fato de que, embora as pesquisas incluídas nesta revisão tenham sido publicadas ao longo dos últimos 40 anos, observa-se uma concentração expressiva de estudos nos últimos cinco anos. Esse aumento pode refletir o cenário global de encarceramento em massa, caracterizado pelo crescimento da violência e da sobrecarga de trabalho que incide sobre esses policiais. Como consequência, tornam-se mais visíveis os impactos dessa realidade sobre a saúde mental desses trabalhadores, o que, por sua vez, estimula o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema.

No acervo de documentos analisados nesta revisão foram identificadas lacunas importantes na produção da área sobre o tema. Destaca-se, em especial, a ausência de estudos longitudinais que acompanhem os Policiais Penais ao longo de sua carreira, permitindo identificar relações de causalidade entre os fatores associados ao sofrimento mental, ao consumo abusivo de substâncias psicoativas e às estratégias de enfrentamento e prevenção. Além disso, observa-se a necessidade de pesquisas que explorem com maior profundidade os fatores de proteção e seu potencial para subsidiar intervenções preventivas e eficazes. Entre esses fatores podem ser mencionados a

resiliência, o suporte familiar e social fora do ambiente de trabalho, bem como a percepção de eficácia profissional.

Identifica-se ainda a necessidade do desenvolvimento de avaliações de intervenções com o objetivo de reduzir o consumo abusivo de substâncias e de suporte à saúde mental dos policiais penais.

O crescimento contínuo da população carcerária em escala global tende a implicar um aumento significativo do número de profissionais trabalhando nas instituições penais, exigindo maior atenção por parte das autoridades de segurança pública. Como evidenciado nesta revisão, estes trabalhadores apresentam prevalências de consumo abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas superiores às observadas na população em geral. Diante deste cenário, torna-se fundamental reconhecer precocemente sinais de adoecimento, identificar padrões de consumo abusivo e fornecer suporte adequado para que esses profissionais possam expressar suas dificuldades e receber acolhimento, tratamento e acompanhamento apropriados. Além disso, é essencial implementar programas ocupacionais específicos voltados para policiais penais, com foco na prevenção de situações potencialmente estressantes e na criação de canais efetivos de comunicação. Essas estratégias podem facilitar a identificação e o manejo precoce de transtornos mentais pelos serviços de saúde do trabalho, contribuindo para a promoção da saúde e da segurança no ambiente prisional.

Esta revisão de escopo evidencia a necessidade de pesquisas aprofundadas que permitam identificar e compreender os fatores associados ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas entre policiais penais. Os achados também ressaltam a importância de desenvolver e implementar programas de prevenção voltados para o uso nocivo dessas substâncias, bem como a urgência de que os gestores públicos aprimorem as condições de trabalho e ampliem as ações de promoção à saúde para Policiais Penais.

### **Referências:**

1. NASCIMENTO, F. E. M. De carcereiro a policial penal: entre nomenclaturas, imagem social e atribuições. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 15, n. 3, p. 883–910, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15n3.46146>. Acesso em: 4 abr. 2025.
2. AGÊNCIA BRASIL. População negra encarcerada atinge maior patamar da série histórica. *Agência Brasil*, [S. l.], 20 jul. 2023. Disponível em:

- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/populacao-negra-encarcerada-atinge-maior-patamar-da-serie-historica>. Acesso em: 15 ago. 2025.
3. SILVESTRE, G.; MELO, F. A. L. Encarceramento em massa e a tragédia prisional brasileira. *Boletim do IBCCRIM*, n. 293, 2017.
  4. VELASCO, C.; CAESAR, G. Brasil tem média de 7 presos por agente penitenciário: 19 estados descumprem limite recomendado. *GI*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/brasil-tem-media-de-7-presos-por-agente-penitenciario-19-estados-descumprem-limite-recomendado.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2025.
  5. BRASIL. [Constituição (1988)]. Emenda Constitucional nº 104, de 4 de dezembro de 2019. Altera o art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 235, p. 2, 5 dez. 2019.
  6. BARROS, I. M. S. M.; MARIN, M. A. L. O agente penitenciário e os direitos fundamentais nas unidades prisionais. Assis: Fundação Educacional do Município de Assis, 2020. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqPics/1911402137P940.pdf>.
  7. JESUS, S. R.; FELIPPE, A. M.; SILVA, Y. V. Vulnerabilidade ao estresse entre agentes de segurança penitenciários. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, n. spe2, e197193, 2021.
  8. GENEST, C.; RICCIARDELLI, R.; CARLETON, R. N. Correctional work: reflections regarding suicide. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 8, p. 1–10, 2021.
  9. SILVA, R. X. *Assédio moral: caracterização e incidência no sistema penitenciário de Minas Gerais*. Belo Horizonte: RTM, 2023. 122 p.
  10. FROST, N. A.; MONTEIRO, C. E. The interaction of personal and occupational factors in the suicide deaths of correction officers. *Justice Quarterly*, v. 37, n. 7, p. 1277–1302, 2020.
  11. SILVA, M. S. *Do corpo disciplinar ao corpo real: o trabalho dos agentes de segurança penitenciária*. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
  12. RIBEIRO, L. M. L.; OLIVEIRA, V. N.; CREPALDE, N.; BASTOS, L. M.; MAIA, Y. C. Agentes penitenciários aprisionados em suas redes? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 101, e3410115, 2019.
  13. BEZERRA, C. de M.; ASSIS, S. G. de; CONSTANTINO, P.; PIRES, T. O. Fatores associados ao sofrimento psíquico de agentes penitenciários do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 46, e17, 2021.
  14. LIMA, A. I. O.; DIMENSTEIN, M.; FIGUEIRÓ, R.; LEITE, J.; DANTAS, C. Prevalência de transtornos mentais comuns e uso de álcool e drogas entre agentes penitenciários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 35, e3555, 2019.
  15. AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (Eds.). *JBI Manual for Evidence Synthesis*. JBI, 2020. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global>. Acesso em: [inserir data].
  16. OUZZANI, M.; HAMMADY, H.; FEDOROWICZ, Z.; ELMAGARMID, A. Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. *Systematic Reviews*, v. 5, 210, 2016.

17. MORAES, P. R. B. A identidade e o papel de agentes penitenciários. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 131–147, 2013.
18. LOURENÇO, A. S. *O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários* [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
19. DIUANA, V.; LHUILIER, D.; SÁNCHEZ, A. R.; AMADO, G.; ARAÚJO, L.; DUARTE, A. M., et al. Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, n. 8, p. 1887–1896, 2008.
20. JASKOWIAK, C. R.; FONTANA, R. T. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 68, n. 2, p. 235–243, 2015.
21. NASCIMENTO, V. F.; BORGES, J. S.; CABRAL, J. F.; TERÇAS-TRETTEL, A. C. P.; HATTORI, T. Y.; LEMES, A. G., et al. Acesso a informações sobre substâncias psicoativas e o consumo por agentes prisionais. *Enfermería Actual de Costa Rica*, v. 36, p. 1–18, 2019.
22. CAMPELO, A. M.; FERREIRA, M. P.; BERRÊDO, V. C.; SANTOS, D. A.; SILVA, M. S.; BERGAMO, V. M. Health conditions of the prison security agent related to work activities. *Revista de Pesquisa (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Online)*, v. 13, p. 1148–1153, 2021.
23. JETTÉ, M.; SIDNEY, K. The benefits and challenges of a fitness and lifestyle enhancement program for correctional officers. *Canadian Journal of Public Health*, v. 82, n. 1, p. 46–51, 1991.
24. PAULI, F. B.; FOLLADOR, F. A. C.; WENDT, G.; LUCIO, L. C.; PASCOTTO, C. R.; FERRETO, L. E. D. Working conditions and health of prison officers in Paraná (Brazil). *Revista Española de Sanidad Penitenciaria*, v. 24, n. 3, p. 79–86, 2022.
25. WEBSTER, I. W.; PORRITT, D. W.; BRENNAN, P. J. Reported health, life-style and occupational stress in prison officers. *Community Health Studies*, v. 7, n. 3, p. 266–277, 1983.
26. HOLDEN, R. W.; SVENSON, L. W.; JARVIS, G. K.; CAMPBELL, R. L.; LAGACE, D. R.; BACKS, B. J. A survey of drinking behaviors of Canadian correctional officers. *Psychological Reports*, v. 76, n. 2, p. 651–655, 1995.
27. SVENSON, L. W.; JARVIS, G. K.; CAMPBELL, R. L.; HOLDEN, R. W.; BACKS, B. J.; LAGACE, D. R. Past and current drug use among Canadian correctional officers. *Psychological Reports*, v. 76, n. 3 Pt 1, p. 977–978, 1995.
28. FERNANDES, R. de C. P.; SILVANY NETO, A. M.; SENA, G. de M.; LEAL, A. dos S.; CARNEIRO, C. A. P.; COSTA, F. P. M. da. Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 18, n. 3, p. 807–816, 2002.
29. LAVIGNE, E.; BOURBONNAIS, R. Psychosocial work environment, interpersonal violence at work and psychotropic drug use among correctional officers. *International Journal of Law and Psychiatry*, v. 33, n. 2, p. 122–129, 2010.
30. REICHERT, F. F.; LOPES, M.; LOCH, M. R.; ROMANZINI, M. Atividade física e outros aspectos relacionados à saúde de agentes penitenciários de Londrina – PR. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, v. 12, n. 3, p. 4–11, 2012.

31. FERREIRA, R. E. B.; MENEZES, L. C.; DIAS, J. C. Relação da prevalência de atividade física com variáveis psicológicas e componentes da síndrome metabólica em agentes penitenciários de Belo Horizonte-MG. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, v. 17, n. 1, p. 57–63, 2012.
32. CAMPOS, J. A. D. B.; SCHNEIDER, V.; BONAFÉ, F. S. S.; OLIVEIRA, R. V.; MAROCO, J. Burnout syndrome and alcohol consumption in prison employees. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 19, n. 1, p. 205–216, 2016.
33. DIMENSTEIN, M.; LIMA, A. I. O.; FIGUEIRÓ, R. A.; LEITE, J. F. Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, v. 17, n. 1, p. 62–70, 2017.
34. FERREIRA, M. J. M.; MACENA, R. H. M.; MOTA, R. M. S.; PIRES, R. da J.; SILVA, A. M. C. da; VIEIRA, L. J. E. S., et al. Prevalência e fatores associados à violência no ambiente de trabalho em agentes de segurança penitenciária do sexo feminino no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 9, p. 2989–3002, 2017.
35. CARLETON, R. N.; AFIFI, T. O.; TURNER, S.; TAILLIEU, T.; DURANCEAU, S.; LEBOUTHILLIER, D. M., et al. Mental disorder symptoms among public safety personnel in Canada. *Canadian Journal of Psychiatry*, v. 63, n. 1, p. 54–64, 2018.
36. CARLETON, R. N.; AFIFI, T. O.; TAILLIEU, T.; TURNER, S.; EL-GABALAWY, R.; SAREEN, J., et al. Anxiety-related psychopathology and chronic pain comorbidity among public safety personnel. *Journal of Anxiety Disorders*, v. 55, p. 48–55, 2018.
37. SHEPHERD, B. R.; FRITZ, C.; HAMMER, L. B.; GUROS, F.; MEIER, D. Emotional demands and alcohol use in corrections: a moderated mediation model. *Journal of Occupational Health Psychology*, v. 24, n. 4, p. 438–449, 2019.
38. USCHE, S. A.; MONTORO, L. V.; RUIZ, J. I.; VANEGAS, C.; SANMARTIN, J.; ALFARO, E. Workplace burnout and health issues among Colombian correctional officers. *PLoS ONE*, v. 14, n. 2, e0211447, 2019.
39. CARLETON, R. N.; RICCIARDELLI, R.; TAILLIEU, T.; MITCHELL, M. M.; ANDRES, E.; AFIFI, T. O. Provincial correctional service workers: the prevalence of mental disorders. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 7, 2203, 2020.
40. CAMPOS, R. G.; ABREU, A. A. de; SILVA, S. L. Occupational stress in criminal police: study in a prison unit in Minas Gerais. *Revista de Administração da UFSM*, v. 15, spe, p. 854–874, 2022.
41. SYGIT-KOWALKOWSKA, E.; ORLAK, K.; STOLARSKI, M. Work for the prison service: selected health consequences—investigating the role of personal resources, job demands, work stress, and burnout. *International Journal of Occupational Medicine and Environmental Health*, v. 36, n. 6, p. 744–760, 2023.
42. RICCIARDELLI, R.; TAILLIEU, T. L.; MCELHERAN, M.; CRAMM, H.; AJITH, H.; JOHNSTON, M. S.; CARLETON, R. N. Sleep quality and mental disorder symptoms among correctional workers in Ontario, Canada. *Scientific Reports*, v. 14, 14963, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-024-65891-8>.

43. RICCIARDELLI, R.; TAILLIEU, T. L.; COULLING, R.; JOHNSTON, M. S.; CARLETON, R. N.; AFIFI, T. Provincial correctional workers: examining the relationships between alcohol use, mental health disorders, and suicide behaviour. *Canadian Psychology / Psychologie canadienne*, v. 65, n. 3, p. 201–209, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/cap0000374>.
44. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 1.999, de 27 de novembro de 2023. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017 para atualizar a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 226, 29 nov. 2023.
45. BASTOS, F. I. P. M.; VASCONCELLOS, M. T. L.; BONI, R. B.; REIS, N. B. C.; COUTINHO, C. F. S. *III Levantamento Nacional Brasileiro sobre o uso de Drogas pela população brasileira*. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>.
46. SOUZA, E. R.; SCHENKER, M.; CONSTANTINO, P.; CORREIA, B. S. C. Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 3, p. 667–676.
47. CORRÊA, J. S.; LOPES, L. F. D.; DE ALMEIDA, D. M.; CAMARGO, M. E. Escala de desafios dos profissionais de segurança pública: construção e validação. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 19, n. 1, p. 32–55, 2025.
48. JUMBO, C. D. P. Entenda o que é penitenciária e centro de detenção provisória. *Jumbo CDP*, 2023. Disponível em: <https://www.jumbocdp.com.br/blog/entenda-o-que-e-penitenciaria-e-centro-de-detencao-provisoria/>. Acesso em: 18 fev. 2025.
49. CISA – CENTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE E ÁLCOOL. *Panorama Álcool e Saúde 2023*. Disponível em: [https://cisa.org.br/images/upload/Panorama\\_Alcool\\_Saude\\_CISA2023.pdf](https://cisa.org.br/images/upload/Panorama_Alcool_Saude_CISA2023.pdf).
50. DEZAN, M. M.; COSTA, R. A. da; MENDES, S. O. Impactos psicológicos e o desgaste da saúde mental dos policiais penais. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 12, p. 3575–3578, 2024.
51. SANTOS, S. M. dos. A influência do ambiente prisional na saúde mental dos policiais penais: estudo de caso do Complexo Penitenciário de Santa Isabel. *RBEP SENAPPEN*, v. 6, n. 1, p. 123–148, 2025.
52. BACK, C. M. Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 15, n. 1, p. 208–225, 2021.

## 10 – ANEXOS

### 10.1 ANEXO 1 – Certificado de apresentação no 9º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde

Para validar, acesse <http://www.abrascoeventos.org.br/validacao/?cod=6383420>



**9º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE**  
Emancipação e Saúde: decolonialidade, reparação e (re)construção crítica

Certificamos que o trabalho

**USO DE ÁLCOOL E DROGAS POR POLICIAIS PENAIIS: UMA REVISÃO DE ESCOPO**

dos autores: LUANA APARECIDA MOREIRA; ADALGISA PEIXOTO RIBEIRO; ANDRÉA MARIA SILVEIRA; GRAZIELLA LAGE OLIVEIRA, foi aprovado na modalidade Comunicação Oral Curta, no 9º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde ocorrido de 01 a 03 de novembro de 2023.

03 de novembro de 2023



**Rosana Teresa Onocko Campos**  
Presidente da Abrasco



**Mônica Nunes**  
Presidente do Congresso

Realização:



Apoio:

